

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

RENATA LOPES DE SANTANA

**PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVOS
PESSOAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

JOÃO PESSOA / PB

2019

RENATA LOPES DE SANTANA

**PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVOS
PESSOAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Orientador: Profa. Dra. Izabel França de Lima.

JOÃO PESSOA / PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S232p Santana, Renata Lopes de.

Propriedades e características dos documentos em arquivos pessoais: uma revisão da literatura. / Renata Lopes de Santana. - João Pessoa, 2019.

71f.; il.

Orientação: Izabel França de Lima.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- UFPB/Ciências Sociais Aplicadas.

1. Arquivo Pessoal. 2. Documento. 3. Arquivologia. 4. Ciência da Informação. I. Lima, Izabel França de. II. Título.

UFPB/CCHLA

ERRATA

Santana, Renata Lopes de. **Propriedades e características dos documentos em arquivos pessoais: uma revisão da literatura**. Orientadora: Izabel França de Lima. 2019. 71f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

Antes se lê	Leia-se	Motivo
O conceito de documento em Arquivos Pessoais no âmbito da Ciência da Informação	Propriedades e características dos documentos em arquivos pessoais: uma revisão da literatura	Adequação do título conforme a sugestão da banca examinadora, que consta na Ata da Defesa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 230

Ata da Sessão de Defesa de
Dissertação da Mestranda **RENATA
LOPES DE SANTANA** como requisito
para obtenção do grau de Mestre em
Ciência da Informação, Área de
concentração em Informação,
Conhecimento e Sociedade e com Linha de
Pesquisa em **Informação, Memória e
Sociedade**.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezenove (28/06/2019), às quinze horas, na Sala de Aula Pós-04 do Bloco de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Mestre em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a mestranda **RENATA LOPES DE SANTANA**. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dra. Izabel França de Lima – PPGCI/UFPB (Presidente da banca/Orientadora); Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Membro Examinador Interno); Dra. Thaís Helen do Nascimento Santos – UFPE (Membro Examinador Externo); Dr. Edvaldo Carvalho Alves – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dr. Denyson Axel Ribeiro Mota – UFCA (Suplente Externo). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Izabel França de Lima, presidente da banca examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão pública e passou a palavra à candidata para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: "**O Conceito de documento em arquivos pessoais no âmbito da Ciência da Informação**". Após a apresentação a candidata foi arguida na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Izabel França de Lima, presidente da banca examinadora, acatou todas as observações da banca e solicitou aos presentes que fosse esvaziado o recinto para que fosse feito o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

☒ Aprovado () Indeterminado () Reprovado

Handwritten signatures:
R. Santana
G. Kelli
T. Helen
E. Carvalho
D. Mota

Observações da Banca:

A banca sugeriu adequação
do título ao texto e apresentas
com mais detalhes os resultados

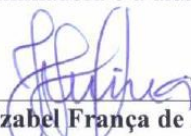
X

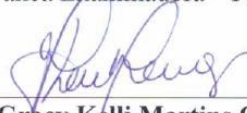
X

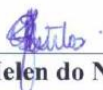
X



Proclamados os resultados, o presidente da Banca Examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, eu, Franklin Duarte Kobayashi, Secretário-Executivo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, confiro e assino a presente ata, em três vias, juntamente aos membros da Banca Examinadora e a aluna. João Pessoa, 28 de junho de 2019.


Prof. Dra. Izabel França de Lima
Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB

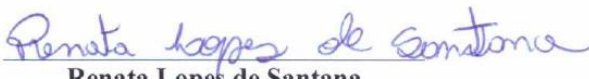

Prof. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Membro Examinador Interno – PPGCI/UFPB


Prof. Dra. Thaís Helen do Nascimento Santos
Membro Examinador Externo – UFPE

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Suplente Interno – PPGCI/UFPB

Prof. Dra. Denysson Axel Ribeiro Mota
Suplente Externo – UFCA


Franklin Duarte Kobayashi
Secretário-Executivo – PPGCI/UFPB


Renata Lopes de Santana
Mestranda

Gentila Tavares de Lima (*in memorian*) Manoel Lopes de
Sousa (*in memorian*) Josefa Mendonça de Santana (*in
memorian*) Umbelino Manoel de Santana (*in memorian*) A
todos os anjos que sempre estão comigo, me
abençoando, amando e me protegendo.
Amo vocês! Dedico!

AGRADECIMENTOS

Com Deus, por Deus, pra Deus!

Quero agradecer primeiramente a Deus, pois sem ele eu não estaria aqui, nada seria e nem teria forças para concluir este trabalho. Eu só tenho que louvar e te agradecer meu Deus, por me sustentar, me dá forças e ânimo nos momentos mais difíceis e conturbados da minha vida. Deus e Nossa Senhora sempre estiveram comigo, mesmo que por diversas vezes eu me sentisse só, nunca me desamparam.

Nunca me considereei uma católica nos padrões delineados pela Igreja Católica, sempre em todas as minhas ações com as pessoas ao meu redor, com amigos e família tento o máximo possível praticar o mandamento que mais amo “amar ao próximo como a ti mesmo”, sendo assim no decorrer do caminho da minha vida pessoal e profissional algumas pessoas foram só amor comigo, e mesmo sem saber me ajudaram a superar todas as adversidades que encontrei pelo caminho, e acredito que tudo é uma questão de dar e receber amor, toda a semente de amor que plantamos em algum momento iremos receber.

Deus é amor! Graças a Deus cheguei até aqui, ele é quem, acima de tudo, esteve e está comigo nos momentos difíceis e de aprovação, é com sua misericórdia e amor que tenho vencido os percalços da vida. Muito obrigada meu Deus!

Quero agradecer a pessoa mais importante da minha vida, minha mainha, minha amada mãe Josefa Lopes de Sousa, a quem SEMPRE está ao meu lado, me apoiando, me levantando, me salvando como uma verdadeira guerreira. Mainha muito obrigada por todos os ensinamentos, por toda paciência comigo, sei que não é foi fácil passar por tudo isso comigo, todos os estresses, anseios, medos e principalmente por lidar comigo nos momentos de aflição. Mainha eu te amo muito e sou grata a Deus por me dar essa oportunidade de ser sua filha.

Quero agradecer ao meu pai Severino Ramos Mendonça de Santana por seu amor, dedicação e ensinamentos, de ser pessoa íntegra, correta e de praticar o bem para as pessoas. Por me chamar para caminhar na praia todos os dias, na qual muitas vezes fui sem vontade, por causa dos meus problemas e estresses com os estudos, acabava que no final essas caminhadas me faziam bem. Paiinho obrigada por seu amor e paciência comigo. Eu te amo!

Não posso deixar de falar do meu querido irmão Diego Lopes de Santana, que sempre me apoiou, de uma maneira não tão convencional, mas com bravura e

força nas palavras, me dando várias injeções de ânimo e de realidade, me fazendo acreditar em mim mesma, desde a época da prova de proficiência, na qual estava aflita por não dominar a língua inglesa, e que passei na prova, de inglês e espanhol e ele disse “olhai gorda no mais difícil, você conseguiu” bem como nas outras etapas da seleção do mestrado, você sempre comigo falando para eu estudar e ter garra.

Meu irmão, talvez você não saiba o quão é importante em minha vida, o quanto você é inteligente e capaz, te admiro muito. Você é um ótimo irmão, filho e pai! Conte comigo sempre! Muito obrigada por tudo! Eu te amo!

Meu amado sobrinho, meu anjo Miguel Lopes de Lima, acredito que Deus sabe de todas as coisas, e ele te enviou para alegrar a minha vida, como uma criança que aos olhos de Deus, têm a sua alegria e doçura. Miguel você é a grande estrela desse meu caminho no mestrado, você me ensinou, me amou, me restaurou e me faz a todo tempo melhorar como ser humano. Nunca pensei esse amor fosse tão grande. Em 2017, quando iniciei o mestrado, você com dois aninhos, quantos ensinamentos você me deu, quantos momentos memoráveis que só quem ama sente.

Há uma frase que não sei qual é o seu autor, que diz assim: “Se faz sentir, faz sentido”, e assim Miguel é em minha vida, sensações, sentimentos, sabores e cores. Chegar das aulas do mestrado e encontrar seu rosto, com aquele sorriso puro e livre, sempre foi o melhor, mesmo estando cansada e estressada, brincar de viver com você sempre foi o melhor de tudo. Meu amor, muito obrigada por me ensinar, por me amar tanto, e ser aconchego em dias de luta. A titia te ama muito, meu anjo! E como você sempre diz: “Amanhã não é hoje”!

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Izabel França de Lima, por toda sua generosidade e acolhimento comigo, pela forma amável que sempre me tratou e acolheu! Pelos ensinamentos e troca de saberes, a intervenção de um bom professor jamais poderá ser apagada! Muito obrigada por tudo!

Minha gratidão à Profa. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito, mais do que professora, uma educadora e mão amiga de todas as horas, a minha gratidão por sua disposição em me acolher em um momento muito difícil, por me acalmar e me abraçar com seu coração lindo, além de validar humanidade nos caminhos dos conhecimentos e da ciência. Muito obrigada de todo coração!

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira por sempre estar disponível a falar do nosso “Simeão”, compartilhando o

saber de forma tão generosa, e por me apresentar os caminhos dos Arquivos Pessoais que eu tanto me apaixonei desde a época da graduação em Arquivologia.

Aos meus amigos, de sempre para sempre, amigos de perto ou de longe, que fazem parte da grande árvore da amizade, que cruzaram meu caminho e aos que estão ao meu lado, o meu muito obrigada! Por favor, peço desculpas, aos que por falha da memória posso não os mencionar aqui. Aos meus amigos do colégio André, Yohanna, Rafael, Rebeka, Rayssa, muito obrigada pela amizade, lealdade e amor de sempre. Também quero agradecer aos amigos da turma da Especialização em Gestão Documental da UFRN, que trouxeram alegria nos anos de 2016 e 2017, turma boa, que me acolheu da forma mais bonita, muito obrigada: Sergio, Elidete, Victor, Marciele, Anna e Diego! Vocês são demais!

Também quero agradecer as amigas e amigos do curso de Letras Português da UFPB: Vinicius, Márcia, Aline, Izabelly, Sibelle, Irany, Paulo e João! Vocês me acompanharam por boa parte, me ajudaram, e me apoiaram na vida de gado, que Deus abençoe a vida de cada um imensamente!

Por fim, muito obrigada a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB!

A flor que desabrocha na adversidade é a
mais rara e bela de todas.
(Trecho do filme Mulan, 1998)

RESUMO

O presente estudo objetiva trazer reflexões concernentes às multiplicidades de perspectivas do conceito de documento em Arquivos Pessoais. Tendo em vista os diversos usos sociais do documento, os Arquivos Pessoais são de fundamental importância para a guarda e salvaguarda da memória de grupos, comunidades e indivíduos. Desse modo, com o advento da tecnologia da informação e da comunicação, compreendemos que o conceito de documento promove reflexões principalmente quanto a sua gênese e contexto de uso. Logo, na própria definição de documento, o mesmo apresenta profusas nuances de concepções teóricas, como no caso de documento de arquivo e documento arquivístico, termos utilizados com frequência. Porém, ao nos referirmos aos documentos pessoais, estes guardam o que é conveniente, o que é selecionado pelo titular do acervo, como o que deseja ficar de memória de sua história de vida para a posteridade. Nosso objetivo geral consiste em analisar os principais conceito(s) de Documento em Arquivos Pessoais que podem melhor refletir sua importância e funcionalidade no cenário informacional. Desse modo, a princípio, discorremos a respeito dos variados conceitos de documento, em seguida, abordamos as características pertencentes aos arquivos pessoais, relatando a importância do binômio informação e suporte, como elementos principais para a construção identitária dos acervos pessoais, além disso, dialogamos sobre os documentos arquivísticos pessoais, citando desde a sua formação e processo de construção, até relatarmos alguns exemplos de documentos pessoais. Por fim, refletimos a relevância da conceituação documental dos artefatos, documentos e matérias pessoais, corroborando os estudos do campo científico, da Ciência da Informação, da Arquivologia e demais áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Documento. Arquivologia. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The present study aims to bring reflections concerning the multiplicity of perspectives of the concept of document in Personal Archives. In view of the diverse social uses of the document, Personal Archives are of fundamental importance for the guarding and safeguarding of the memory of groups, communities and individuals. Thus, with the advent of information and communication technology, we understand that the concept of a document promotes reflections mainly regarding its genesis and context of use. Therefore, in the document definition itself, it presents profound nuances of theoretical conceptions, as in the case of an archival document and an archival document, terms that are frequently used. However, when referring to personal documents, they keep what is convenient, what is selected by the titleholder of the collection, as the one who wishes to remain in memory of his life story for posterity. Our general objective is to analyze the main concept (s) of Document in Personal Archives that can better reflect its importance and functionality in the informational scenario. Thus, at first, we talked about the various concepts of the document, then we approach the characteristics belonging to the personal archives, reporting the importance of the binomial information and support, as main elements for the identity construction of the personal collections, in addition, we dialogue about personal archival documents, citing from their formation and construction process, until we report some examples of personal documents. Finally, we reflect the relevance of the documental conceptualization of artifacts, documents and personal materials, corroborating studies in the scientific field, Information Science, Archivology and other areas of knowledge.

Keywords: Personal Archive. Document. Archival science. Information Science.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CI	Ciência da informação
FID	Federação Internacional de Documentação
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
SCIELO	Scientific Electronic Library Online.
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
3	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS CONCEITOS DE DOCUMENTO.....	21
3.1	O CONCEITO DE DOCUMENTO.....	23
3.2	OS CONCEITOS DE DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E DOCUMENTO DE ARQUIVO.....	29
3.3	ARQUIVOS PESSOAIS.....	39
3.4	DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS PESSOAIS.....	42
3.5	ARQUIVOS PESSOAIS: ENTRE O SINGULAR E O PLURAL.....	44
4	UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DOS DOCUMENTOS PESSOAIS.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, sobretudo, atualmente, com a introdução da tecnologia da informação e da comunicação, os Arquivos Pessoais são importantes para a guarda de memória, tendo em vista o intenso fluxo de migração dos suportes documentais. Nesse sentido, o conceito de documento arquivístico nos arquivos pessoais apresenta algumas nuances, devido à riqueza epistemológica desse conceito, como, por exemplo, o binômio *documento arquivístico* e *documento de arquivo*, que dão o sentido de qualidade a essa entidade.

Em vista disso, ao adentrarmos os acervos que fazem parte dos arquivos pessoais, observamos que sua formação e organização são diferentes, pois refletem a vida, o cotidiano e as relações sociais de seu titular durante o percurso de vida, como observa Oliveira (2009, p. 46), ao dizer que “Os arquivos privados pessoais revelam-se, portanto, como a própria consistência do sujeito, o lugar onde guarda aquilo que lhe é de foro íntimo, tendo nele um sentido pessoal, próprio”.

Desse modo, entendemos que dentro dos inúmeros conceitos que se tem de documento arquivístico, este conceito, de uma maneira mais esmiuçada, nos mostra uma profundidade que, em geral, passa despercebida por nós, profissionais da informação, mais precisamente Arquivistas, e esses múltiplos conceitos de documento não abarcam a todos, como, por exemplo, os documentos constituintes dos acervos pessoais. Frente ao exposto, chegamos à seguinte indagação: qual o conceito de documento em arquivos pessoais abordados no campo da Ciência da Informação?

Diante do exposto, esta pesquisa parte da necessidade de compreender as múltiplas nuances que envolvem os conceitos de documento no âmbito dos Arquivos Pessoais (*Documento em Arquivos Pessoais*), tendo por objetivo geral: Analisar as múltiplas nuances que envolvem o sentido e o significado do conceito de documento em Arquivos Pessoais no cenário informacional brasileiro. Os objetivos específicos consistem em a) analisar os conceitos de documento arquivístico; b) identificar as particularidades dos arquivos pessoais; c) Compreender como as relações orgânicas emanadas nos arquivos pessoais influenciam na compreensão do seu sentido e significado.

Nesse prisma de compreensão, importa recorrermos a Oliveira (2012), em cujo capítulo intitulado “Arquivos pessoais são arquivos”, atesta que os documentos

que instituem os arquivos pessoais circunscrevem cinco características dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade.

Com efeito, os documentos pertinentes a esses arquivos resultam de todo um processo pessoal de escolha e seleção do titular, ou de seus pares, visando salvaguardar suas relações sociais seja no trabalho, com a família, nos campos políticos, artísticos e culturais, de modo que a organicidade dos documentos é o elemento-chave desse emaranhado de significados que nos permite enxergar os vínculos e caminhos de cada documento, seu contexto e relação com os demais.

Vale ressaltar, que esta temática tem sua origem numa razão pessoal, ou seja, da minha experiência como discente desde a época da graduação no curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na qual cursei uma disciplina que abordamos de uma maneira ampla a temática sobre Arquivos Pessoais. Posteriormente, como estudante do curso de Letras Português na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo bolsista do projeto de pesquisa “Memórias culturais paraibanas: arqueologia das anotações de José Simeão Leal”, situado na linha de pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação sob a orientação da Prof^a Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.

Deste modo, a temática dos Arquivos Pessoais nos abrangentes setores do campo informacional, se faz relevante e necessária para pesquisadores, para academia, instituições e demais setores da sociedade, pois, nos permite enxergar os vínculos e caminhos, seu contexto, sua gênese e seu uso, de modo a descortinar os diversos usos sociais do documento de cunho pessoal.

Quanto às questões estruturais e espaciais, este trabalho está dividido em 3 (três) capítulos. A *Introdução* consiste no *capítulo 1* (um), na qual abordamos, de maneira breve, a temática dos Arquivos Pessoais e sua importância no campo da memória, bem como apresentamos os objetivos gerais e específicos, além da questão de pesquisa. O *capítulo 2* (dois) discorre sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa sendo um trajeto histórico-epistemológico da noção de documento pensando em sua importância para os novos conceitos advindos sobre o fenômeno da Informação. Trata-se de apresentar algumas conceptualizações a fim de situar os leitores para então retomar a questão dos arquivos pessoais. O *terceiro capítulo* busca assinalar a especificidade dos documentos em arquivos pessoais para então focar na peculiaridade que distingue o pessoal do público e do

administrativo, jurídico e que implica numa distinção de agrupamentos no que diz respeito ao assinalamento da construção de representações de subjetividade daqueles a quem os artefatos ou documentos pertenceram no decorrer da história. O quarto capítulo explana sobre as nuances que permeiam os arquivos pessoais, no que se refere aos múltiplos contextos e conceitos acerca dos documentos pessoais bem como sobre suas características. As *considerações finais* visam apresentar algumas das principais constatações da presente pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, consiste em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a qual se concretiza a partir da busca de leitura livros e artigos científicos. Logo, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa, na qual a principal ferramenta é o próprio pesquisador, sendo ele quem faz a análise dos dados coletados, buscando os conceitos, os princípios, as relações e os significados das coisas. Sobre a pesquisa qualitativa,

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A pesquisa qualitativa tem concretude em elementos que convergem para a interpretação do objeto de estudo, e neste direcionamento argumentativo,

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

A pesquisa qualitativa não se preocupa em expor resultados, muito menos em quantificar os dados, atendo-se mais ao desenvolvimento da pesquisa em si, descrevendo cada etapa, entretanto, a utilização de uma metodologia quantitativa não deve ser eliminada, inclusive na elaboração de um quadro teórico sobre os muitos conceitos de documento. Assim sendo, pretendeu-se realizar uma revisão da literatura brasileira e internacional acerca dos Arquivos Pessoais e dos conceitos de documento, efetuando minuciosa pesquisa descritiva.

Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, uma vez que, além de estudarmos as obras já existentes sobre a temática, realizamos consultas a manuscritos publicados em revistas científicas a fim de atingirmos os objetivos seletos para este trabalho. A pesquisa foi escolhida à luz dos conceitos dos principais autores que versam sobre o grande eixo tema *Documento em Arquivos Pessoais*. Assim, foi possível identificar quais os principais conceitos dispostos sobre este assunto tendo em vista a Ciência da Informação. Assim segundo Marconi e Lakatos (1992, p. 75), caracteriza-se como pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Desta forma, utilizamos como procedimento metodológico para o levantamento dos estudos acerca do conceito de documento em Arquivos Pessoais, a busca por artigos e livros, em alguns sites, entre eles o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e também o Portal da SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Esse processo de levantamento do material teórico teve sua durabilidade de quatro meses, de setembro a outubro de 2017, assim, utilizamos algumas terminologias de busca dos artigos e livros, aqui destacamos: Arquivo Pessoal, Arquivologia, Documento, Ciência da Informação.

Nosso objetivo geral consiste em analisar as múltiplas nuances que envolvem o sentido e o significado do conceito de documento em Arquivos Pessoais no cenário informacional brasileiro. Os objetivos específicos consistem em a) analisar os conceitos de documento arquivístico; b) identificar as particularidades dos arquivos pessoais; c) Compreender como as relações orgânicas emanadas nos arquivos pessoais influenciam na compreensão do seu sentido e significado.

O conceito de Documento em Arquivos Pessoais é o objeto desta pesquisa, tendo em vista que observamos a limitada quantidade de pesquisas nessa perspectiva, razão pela qual direcionamos para seus aspectos teóricos e históricos. Logo, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa, na qual a principal

ferramenta é o próprio pesquisador, sendo ele quem faz a análise dos dados coletados, buscando os conceitos, os princípios, as relações e os significados das coisas. Sobre a pesquisa qualitativa, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) discorrem que:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Corroborando o mencionado acima, o resultado da pesquisa, ou uma possível conclusão, depende inteiramente do esforço intelectual do pesquisador, é ele quem encontra as soluções, tendo caráter subjetivo, sem um resultado numérico, ou valorativo. Assim, essa pesquisa utiliza seu objeto de estudo em sua totalidade, investigando os diversos tipos de conceitos de documento bem como o que se compreende por Arquivos Pessoais, e suas múltiplas fontes de informação. Ainda nesse âmbito, Prodanov e Freitas (2013, p. 70) discorrem:

A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Sobre a pesquisa descritiva, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), o pesquisador

Apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Nessa perspectiva, a pesquisa descritiva não visa resultados numéricos, mas sim um levantamento, baseado na observação, explicação e interpretação, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas sem manipulação, onde o pesquisador deve ser imparcial.

Desse modo, nos procedimentos metodológicos: efetuamos levantamento e análise dos conceitos, por meio de estudos teóricos, temas e autores que abordam o conceito de documento de arquivo, de documento arquivístico e de documento pessoal, de modo a questionar suas múltiplas e amplas concepções, analisando-as e identificando suas características de acordo com cada realidade apresentada.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS CONCEITOS DE DOCUMENTO

A Ciência da Informação tem origem no século XX, devido à necessidade de se tratar o uso e a reflexão da informação em seus mais diversos procedimentos e fluxos como, por exemplo, registro, difusão e organização. A partir da II Guerra Mundial, os problemas de ordem informacional foram se intensificando, a informação como fenômeno social ganha mais visibilidade com o advento da explosão informacional, também no século XX. Vale ressaltar, que as revoluções científicas dos séculos XVIII e XIX também forneceram subsídios para a existência da Ciência da Informação. Logo, é válido estudar e pesquisar a organização da informação, e, conseqüentemente, propor medidas de organização e disseminação da informação. Desse modo, Silva e Freire (2012, p. 3) discorrem:

E o que significa a criação de uma área para tratar de problemas informacionais e organizar o conhecimento? Em tese, significa atentar para uma área que estabeleça uma flutuação entre as mais diversas áreas do conhecimento. Uma área que possua intersecção no contexto científico, seja no contexto do cotidiano da sociedade global. Em outras palavras, a Ciência da Informação vem com a perspectiva de satisfazer áreas do conhecimento científico, profissionais de mais diversas áreas (de nível superior ou não), indivíduos e instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas diversas.

Nesse aspecto, disciplinas como Biblioteconomia e Documentação foram fundamentais para a consolidação e difusão da Ciência da Informação, pois ambas já trabalhavam com o registro, a organização e a disseminação das informações de suas coleções. Assim, em meados do século XV, com o Renascimento e criação da imprensa, as bibliotecas passam a ter mais autonomia em suas atividades, e seu campo de atuação volta-se para o social, de modo que, mais uma vez, a organização e difusão da informação recebe destaque, devido ao aumento da quantidade de usuários alfabetizados na Europa.

Ocorre que a identidade histórica da Ciência da Informação é marcada pela interdisciplinaridade com a Biblioteconomia, especialmente a partir do século XIX, o processo de organização das bibliotecas é aprimorado, principalmente pela contribuição de dois estudiosos, Gabriel Naudé e Melvil Dewey, sendo o primeiro responsável por reunir estudos técnicos e epistemológicos sobre organização, difusão e acesso à informação, bem como procedimentos para recuperação,

quantidade e qualidade da informação; e o segundo, que em 1876 criou o Sistema de Classificação Bibliográfica que leva o seu nome, Classificação Decimal de Dewey (CDD), sistema este que classifica e organiza o conhecimento, proporcionando para os usuários mais acessibilidade à informação, Dewey é responsável pela criação, em 1887, da Escola de Biblioteconomia e também por ter participado da revista *Librar Journal* e do *Library Bureau*. De igual modo, também no século XIX, a disciplina de Documentação contribuiu na estruturação da Ciência da Informação, tendo como principais fomentadores La Fontaine e Otlet. A documentação ancorada pela Bibliografia volta-se para o acesso à informação em seus múltiplos suportes documentais, sejam estes localizados em arquivos, bibliotecas, museus ou centros de informação, logo, o enfoque principal dessa disciplina é o pleno acesso e uso da informação por parte de seus usuários, culminando no fenômeno social da informação.

É a partir de 1903 que acontece o marco de implementação da terminologia Documentação, no artigo intitulado “*Les sciences bibliographiques et la documentation*”, de autoria de Otlet, que também escreve a obra *Traité de Documentation*, com efeito, ambos os estudos delimitam e acentuam a importância de tal disciplina para o advento da Ciência da Informação, pois propõem condições políticas, teóricas, práticas, epistemológicas, institucionais e sociais para a disseminação da informação, sua organização e recuperação. Conforme afirmam Silva e Freire (2012, p. 11),

Desse modo, compreende-se que Otlet desenvolve sustentações teóricas epistemológicas e ontológicas para a Ciência da Informação. Teóricas e epistemológicas em virtude de seu livro Tratado da Documentação propor um processo efetivo de discussão sobre os rumos da informação, difusão e compartilhamento, especialmente através de uma rede. Ontológicas pelo fato de que Otlet atenta para o documento e a informação como fenômenos que precisam ser representados.

Desse modo, no escopo da Ciência da informação (CI), os principais problemas propostos para pesquisa são os processos de comunicação e uso da informação, a natureza da informação e suas estruturas e conhecimento. Além disso, a CI possui 3 características que marcam sua existência e evolução, são elas: interdisciplinaridade, forte ligação com a tecnologia da informação e forte dimensão social e humana, esta última como grande marco para entender o passado, o

presente e o futuro da CI.

Compreende-se que a Ciência da informação mantém relações interdisciplinares com outras disciplinas do conhecimento, de modo que tais relações contribuem para que a própria CI tenha sua identidade social e científica estruturadas, bem como acentua a implementação do fenômeno da informação como norteador dos estudos, programas, projetos e políticas informacionais. Assim como o conceito de documento passou a não se restringir ao escopo de um aglomerado de produções escritas também a multifacetude do termo passou a implicar, historicamente, em sua articulação com outros conceitos, como veremos adiante nas subseções a seguir.

3.1 O CONCEITO DE DOCUMENTO

O conceito de documento não pode ser pensado como algo apenas do reduto do pensamento atrelado ao campo da Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia porque, quando está associado à informação, por exemplo, pode ser mobilizado no escopo das Ciências da Informação. Diante disso, as conceptualizações que o termo sofre não são poucas, mas, nem por isso, devem ser negligenciadas suas especificidades. Então, antes de considerarmos a questão dos arquivos pessoais e dos documentos no âmbito dos arquivos pessoais, se torna imprescindível que explanemos brevemente sobre algumas noções acerca do termo.

A Documentação foi um campo criado no final do século XIX pelos advogados Paul Otlet e Henri La Fontaine. A era da Ciência da Informação teve como marco basilar o encontro desses autores em Bruxelas, em 1892, numa ocasião em que foram lançadas as bases para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). O IIB foi criado em 1895.

A palavra documentação foi adotada inicialmente em 1903, em artigo intitulado *Les sciences bibliographiques et la documentation*, estando relacionada ao fornecimento de documentos ou referências desses documentos aos sujeitos que carecem de informações neles contidos. Para Ortega (2009) é importante mencionar que em 1905, ao designar a atividade específica de coletar, processar, buscar e disseminar documentos, Otlet usou o termo documentação no artigo *L'organisation rationnelle de l'information et de la documentation en matière économique*. Então se tem, provavelmente, o primeiro uso das palavras informação e documentação. Mais

adiante, em 1937, no Congresso Mundial de Documentação, realizado em Paris, Paul Otlet vai mencionar que a documentação está ligada a seis elementos: ciência, técnica, cultura, educação, organização social e civilização universal.

Vale mencionar que no início do século XX os estudos de Paul Otlet foram trazidos ao Brasil pelo então Diretor da Biblioteca Nacional Cícero Peregrino da Silva e isso teve influência na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Vale mencionar que foi em 27 de fevereiro de 1954, por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado, via Decreto do presidente da República nº 35.124, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que passou a ser integrante da estrutura organizacional do CNPq. Foi nos anos 70 que houve um remanejamento de atividades de ciência e tecnologia no Brasil o que fez com que o Conselho Nacional de Pesquisas se transformasse em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico fazendo com que este último se tornasse uma fundação associada à Secretaria de Planejamento e à Presidência da República. Foi aí que o IBBBD mudou o nome para IBICT, passando a ser o órgão que coordenaria, desde então, as atividades de informação em Ciência e Tecnologia no país.

Já em 1937 Otlet considerava documento como não apenas a materialização de objetos e artefatos escritos, considerando também como documentos artefatos como estampas, fotografias, medalhas, músicas, filmes, a parte anterior e posterior a emissões radiofônicas, etc. Em 1931 O IIB passou a se chamar Instituto Internacional de Documentação e, em 1938, de Federação Internacional de Documentação (FID) em um contexto histórico no qual se definia a documentação como sendo a reunião, a classificação e a distribuição de documentos situados em todos os âmbitos da atividade humana. Desde o início, portanto, a noção de documento foi multifacetada e heterogênea.

Importante considerar que o conceito de documento não pode ser pensado como único do campo de estudos da Documentação. Para Tanus, Renault e Araújo (2013, p. 159):

[A]credita-se que o conceito de documento não é restrito à Documentação. Ele também não seria restrito a Documentologia definida por Silva (1961) como uma ciência incorporada às Ciências sociais que estuda, organiza e administra o documento. Para esse

autor, a Documentologia seria formada por diversos outros ramos, como a Arquivologia, a Bibliografia (subdivida em Biblioteconomia) e a Museologia. Essa concepção pode ser notada no primeiro concurso público para preenchimento da vaga de documentalista, promovido, em 1948, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para o qual se exigia do candidato conhecimentos de bibliotecas, arquivos e coleções museográficas. Como também pode ser notada, dez anos mais tarde, em 1958, no edital do concurso do Serviço Social Rural que previa a concepção de uma base cultural em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Ao se distanciar do reducionismo que equivaleria documento apenas ao suporte físico como livro e o papel, considerando a instância informacional dos documentos, Otlet e La Fontaine permitiram que o conceito não se esgotasse na noção de suporte –supostamente - imediato. Tanus, Renault e Araújo (2013) mencionam que a noção de documento pode ser pensada como um conceito heteróclito que não se esgota ao mesmo tempo em que isso não produza um negligenciamento acerca das especificidades de incorporação em campos distintos. Para os autores a relação entre documento e informação permite uma aproximação conceitual a Arquivologia, a Museologia e a Ciência da Informação. Isso para evitar reducionismos como aquele que apregoa que a Arquivologia ocupa-se de arquivos, a Biblioteconomia das bibliotecas e a Museologia de museus. Então, uma síntese das ideias apresentadas no texto permitiu a elaboração de um quadro no qual os autores apresentaram as distinções acerca da noção de documento no contexto de cada área mencionada.

Quadro 1 - Noção de documento em áreas distintas

	Biblioteconomia	Arquivologia	Museologia
Problema	Análise da literatura científica	Comprovação da Origem	Sentido Histórico e Estético
Método	Ênfase no Conteúdo/Assunto	Ênfase na Autenticidade/Função	Ênfase no objeto/ Informações Intrínsecas e Extrínsecas
Desenvolvimento	Técnico-Científico	Jurídico-Administrativo	Artístico-Cultural

Fonte: Tanus, Renault e Araújo (2013)

Construído de modo a representar o assinalamento de conceptualizações que perpassam as áreas o quadro anterior não visa esgotar a discussão, mas é uma das formas de perceber especificidades possíveis. O importante é que não se trata de aplainar as discussões partindo da semelhança e de forçar convergências ao mesmo tempo em que mostra filiações conceituais partilhadas entre os campos. Os autores ainda mencionam que não se pode deixar de lado a contribuição de Bernd Frohmann (2008) que definiu documento como “materialidade da informação” o que conduz a uma abordagem inovadora que considera que a informação está presente na própria noção de documento aproximando essas áreas da Ciência da Informação já que esta última considera a informação como objeto de estudo desde sua fundação (BORKO, 1968).

Em uma breve análise, a compreensão do conceito de documento também foi construída pelo viés histórico e econômico, servindo como prova das atividades administrativas e cotidianas do homem, sendo o documento escrito o marco de testemunho de suas transações orais, das tradições, dos múltiplos fazeres da sociedade, situados num tempo-espaço, logo, o documento escrito assume relevante atuação por meio dos historiadores que mediavam o passado e o presente. Com relação à origem do termo documento, é retratada pelo historiador francês Le Goff (1990, p. 462-463):

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, 'ensinar', evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado “de papel justificado”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento.

Le Goff é um dos autores que conceptualizar a noção de documento como monumento, que é cara aos estudiosos da Escola dos Annales. Isso não pode passar despercebido uma vez que os documentos não podem ser passíveis de ser tomados apenas na relação com a escrita, eles transcendem a escrita para existir.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1990, p. 538).

Há o caso das fotografias, por exemplo, que não são documentos escritos, mas, nem por isso, podem ser desligadas de sua relação com a historicidade que as atravessa. Diante disso, cabe assinalar: nem todo documento é documento escrito, portanto. Neste contexto, cabe mencionar que os fundadores da Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, associados a estudos que pretendiam o estabelecimento de uma história nova, frisaram a necessidade de se pensar o documento a partir de uma ampliação do conceito:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE *apud* LE GOFF, 1990, p. 530).

Outrossim, nos é apresentada uma definição de documento ancorada na história, na qual o documento serve como instrumento de prova, de testemunho das ações do homem, assim, o documento é um meio de registro das relações e das atividades feitas pelo homem. Também há o caso em que a existência de documentos se dá em relação à manifestação da escrita.

Dessa forma, se pode associar um tipo de conceptualização que torna o conceito de documento análogo à influência da escrita no âmbito das formas de interação da humanidade. Nesse âmbito, deve-se considerar que a escrita surgiu a partir da necessidade do homem de registrar suas ideias, seu cotidiano e, posteriormente, suas ações comerciais, de cunho administrativo, para fins de prova. Sendo assim, este homem, precisando expressar-se, utilizou-se de signos (como a escrita, o desenho, os sons) para fixar seus pensamentos, para reproduzir a linguagem articulada, e, principalmente, caminhar no tempo e espaço. Logo, devemos compreender que a escrita é o elemento precursor desse processo de representação e fixação da linguagem falada. Assim, descreve Paes (2004, p. 15):

O homem primitivo, tendo necessidade de um meio de expressão permanente, recorreu a uma engenhosa disposição de objetos simbólicos ou a sinais materiais (nós, entalhes, desenhos), que constituíram a base dos primeiros sistemas de escrita. Esses sistemas, ainda rudimentares, evoluíram na medida em que os povos atingiam graus elevados de cultura ou absorviam o que havia de bom nas civilizações mais adiantadas com quem mantinham relações comerciais. Foi um longo processo de transformação e simplificação até o homem atingir a perfeição da escrita fonética, isto é, a invenção do alfabeto.

Nesse sentido, com o desenvolvimento da escrita e dos suportes nos quais ela está fixada, o homem cada vez mais aperfeiçoou as múltiplas formas de apresentação dos documentos que continham suas atividades e informações (sejam elas pessoais, políticas, religiosas etc). Assim, podemos compreender que os documentos surgem com a finalidade de refletir o contexto de ações sociais emanadas pela sociedade e de preservar a memória da humanidade, inclusive na própria etimologia do termo, que é derivado de *documentum*, tendo por origem o verbo latino *docere*, que significa instruir ou ensinar (CONTRERAS, 1981, p. 31).

Também de forma similar, a terminologia *record*, como é conhecido documento arquivístico em inglês, derivado do latim *recordari*, significa lembrar (DURANTI; THIBODEAU, 2006, p. 47). Para tanto, compreendemos qual seria o conceito de documento arquivístico. Santos (2011, p. 142) propõe a seguinte definição:

Documento arquivístico é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo

estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade.

Conforme o autor menciona acima, compreendemos que a definição de documento fornecida por ele nada tem a ver com o suporte do documento ou com alguma obrigatoriedade, mas com a sua organicidade, com suas relações de formação e produção. Ainda sob tal ótica, os documentos têm sua construção baseada em consequências e causas, ou seja, em suas relações, como reflexo das ações que os geraram. Também devemos tomar nota de outras perspectivas a respeito do mesmo conceito, como as de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, quando escreveram sobre o conceito de documento (de arquivo). Assim discorrem Rousseau e Couture (1998, p. 137):

O documento é um conjunto constituído por um suporte [peça] e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeitos de consulta ou como prova. Esta palavra pode igualmente ser utilizada no plural com um significado idêntico ao do singular: Documentos de arquivo – Documentos que contêm uma informação seja qual for a data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral, e por qualquer serviço ou organismo público ou privado no exercício de sua atividade. Em resumo, um documento é constituído por um suporte ou peça e por um conteúdo (a informação nele registrada).

Nessa concepção, observamos que o que se sobressai é a informação, independente do suporte ao qual esteja condicionada. A informação é a protagonista, que detém a prova das atividades produzidas por pessoa física ou “moral”, por instituição pública ou privada.

3.2 OS CONCEITOS DE DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E DOCUMENTO DE ARQUIVO

Neste tópico, abordaremos as nuances conceituais sobre um dos principais objetos de estudo da Arquivística: o documento. Para tanto, alguns teóricos discorrem a respeito do seguinte questionamento: documento arquivístico ou documento de arquivo? De tal maneira, compilamos algumas visões de teóricos e estudiosos importantes para o entendimento das diversas vertentes estruturais e

conceituais sobre o documento, seu local de armazenamento, suas atividades, funções, contextos e informações. Com base nesse questionamento, é importante diferenciarmos suas acepções, logo, quando abordamos o que seria esse “documento de arquivo”, entende-se todos os documentos produzidos/gerados no arquivo, e que estejam situados nele, ou seja, o local de armazenamento é o fator principal e que estabelece o vínculo entre arquivo e documento.

Em outra visão, o suporte, a data de produção, o conteúdo, ou a forma do documento não são fatores relevantes em si, que determinam se o documento é de arquivo ou não, mas a criação, a forma, o objetivo da informação arquivística e suas demais especificidades, que possuem relação e congruência com o documento de arquivo. Para Shellenberg (2006, p. 41), são documentos de arquivo:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício dos seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

Sendo assim, no século XIX, houve o estreitamento das relações entre os órgãos administrativos e as instituições arquivísticas, objetivando a destinação, acumulação e racionalização da produção dos documentos de arquivo através da gestão documental. Ainda sob esta ótica, a fundamentação desta aproximação deve-se porque a documentação condicionada à custódia dos arquivos tem sua formação nas organizações, logo, para preservá-los, com suas características e informações potencializadas, é necessário o conhecimento das suas rotinas organizacionais e, conseqüentemente, dos procedimentos que o formaram.

Em outra perspectiva, o termo mais adequado a se utilizar é “documento arquivístico”, que se expande, não se fixando ao seu local de armazenamento, e sim com o objetivo da produção do documento no decorrer das necessidades do órgão ou instituição e no exercício de suas funções. Neste entendimento, cumpre destacar o conceito de documento arquivístico trazido por Santos (2011, p. 142):

Documento arquivístico é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo

estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos normativos da atividade á qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade.

Conforme o exposto acima, o que caracteriza um documento como arquivístico são os seus elementos, justamente a maneira como são produzidos, por pessoa física, jurídica ou de cunho familiar, no decorrer de suas funções e seus objetivos, bem como, e, principalmente, a sua relação orgânica com outros documentos do acervo.

Nesse sentido, é necessário compreender quais são as estruturas que contribuem para a identidade dos documentos arquivísticos, ou seja, a organicidade, naturalidade, autenticidade e unicidade. Os documentos arquivísticos também possuem outras características que variam, podendo ser utilizadas de forma mais abrangente ou restrita, a depender dos teóricos e autores, que trabalham as características dos documentos. Como, por exemplo:

- a) Unicidade: compreende-se pelo caráter único do documento em decorrência do seu contexto de origem, cada documento tem sua função imbricada à sua produção, atividade e ao uso que as instituições dele fazem.
- b) Organicidade: refere-se à natureza orgânica, mais precisamente, às relações que os documentos possuem entre si, tendo em vista suas vinculações a uma mesma atividade, ou seja, o inter-relacionamento dos documentos com o fundo ao qual fazem parte.
- c) Indivisibilidade: também conhecido por integridade, tem por fundamentação o princípio da proveniência, desse modo, refere-se à perda de significado do documento quando não se encontra sua interpretação, seu contexto de origem, por meio dos fundos aos quais pertencem e suas respectivas funções.
- d) Autenticidade: compreende-se pelos documentos mantidos, conservados e preservados em suas características, mantendo-se sua identidade por meio do controle dos processos de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico, visando sua estabilidade, sem alteração de seus dados informacionais.
- e) Heterogeneidade: entende-se pela multiplicidade da informação bem como de seu conteúdo.

Essas características são fundamentais para a organização e gestão

documental, tendo em vista que, para o campo arquivístico, o uso e acesso à informação são os verdadeiros protagonistas da função do arquivo, uma vez que, são qualidades que asseguram a integridade das ações e transações, bem como da própria criação do documento, e de seu contexto, portanto, compondo sua identidade. Ainda sob esse aspecto, a organicidade assume papel fundamental na conjuntura documental, independente do suporte, tendo em vista que todos os documentos são produzidos e gerados por meio de um contexto, seja ele pessoal, administrativo, jurídico, a servir como informação e prova. Assim, discorre Mariz (2005, p. 19):

A relação que os documentos mantêm entre si no interior do conjunto arquivístico formando uma unidade é essencial, já que um documento isolado não permitiria uma visão integral das atividades do órgão e/ou pessoa física. Esse princípio de relação orgânica que permeia o acervo faz com que cada um dos documentos seja absolutamente singular. Os registros documentais que compreendem os conjuntos arquivísticos independem de seu suporte, e podem ser desde o mais tradicional documento textual em suporte papel, documentos audiovisuais – fotografias (imagens estáticas), discos (registros sonoros), filmes (imagens em movimento conjugadas ou não a trilhas sonoras) – até os documentos em meio digital.

Essas observações, de organicidade e unicidade entre os documentos e sua relevância para manter a integridade e singularidade destes, colaboram para a perpetuação da ligação do conceito de documento, denominado muitas vezes por “conjunto de documentos”, com o do próprio arquivo, na qual se usa “conjunto de documentos arquivísticos”. Sendo assim, Santos (2011, p. 143) define “arquivo” como:

Arquivo é o conjunto de documentos arquivísticos acumulados por pessoa pública ou privada no exercício de suas funções, ou por pessoa física no decurso de sua existência, preservado como evidência dessas funções institucionais, ou das ações dos indivíduos.

Dessa maneira, estabelecendo um vínculo direto entre origem, contexto e interpretação, os documentos têm sua identidade ligada ao conjunto do qual fazem parte, e, assim, trazem à tona as informações das instituições e pessoas que os produziram. A respeito da intercessão entre o arquivo e as atividades dos registros documentais, Duranti (1994, p. 50) aborda:

Através dos milênios, os arquivos têm representado, alternada e

cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação. A razão pela qual eles puderam servir a tantas finalidades é que os materiais arquivísticos, ou registros documentais representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações, e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido. Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação espacial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam (...).

Em uma breve análise, a compreensão do conceito de documento também foi construída pelo viés histórico e econômico, servindo como prova das atividades administrativas e cotidianas do homem, sendo o documento escrito o marco de testemunho de suas transações orais, das tradições, dos múltiplos fazeres da sociedade, situados num tempo-espço, logo, o documento escrito assume relevante atuação por meio dos historiadores que mediavam o passado e o presente. Com relação à origem do termo documento, é retratada pelo historiador francês Le Goff (1990, p. 462-463):

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado “de papel justificado”, especialmente no domínio policial, na língua italiana por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito.

Aqui nos é apresentada uma definição de documento ancorada na história, na qual o documento escrito serve apenas como instrumento de prova, de testemunho das ações do homem, assim, o documento é um meio de registro das relações e das atividades feitas pelo homem. Vale ressaltar que, também em outro momento, mais

precisamente no final do século XIX, por volta da década de 1890, dois estudiosos já nos apresentavam o conceito de documento, através da disciplina de Documentação, área de estudo oriunda da Bibliografia. Logo, a maior preocupação dessa disciplina, seu objeto de estudo, é o acesso, uso e reflexão da informação, independente do suporte ou do local de armazenamento (biblioteca, museu, centro de documentação ou arquivo).

De forma concisa, Silva e Freire (2012, p. 9) relatam sobre o objetivo da Documentação proposta por Otlet e La Fontaine:

A principal preocupação da Documentação estava no acesso à informação, nos mais diversos suportes documentais e em diferentes centros de informação (biblioteca, arquivo, museu), enquanto a Biblioteconomia estava desenvolvendo sua habilidade, em nível restrito, para proceder com a utilidade do livro e, em nível mais amplo, para indicar a atividade de gestão e organização de acervos de bibliotecas. Otlet e La Fontaine buscaram subsídios institucionais, teórico-práticos e teórico-bibliográficos para o desenvolvimento de suas pretensões na tentativa de focalizar o fenômeno social da informação.

A Documentação surge para suprir as necessidades de se organizar a informação e o acesso, tendo um viés corporativo e político, utilizando instrumentos de pesquisa (assuntos, guias, catálogos, fichas). Paul Otlet foi o primeiro a utilizar o termo “Documentação”, quando, em 1903, publicou o artigo *Les sciences bibliographiques et la documentation* na qual retrata o fenômeno da informação, seu acesso e disseminação. Não menos importante, no ano de 1905, é a criação da Classificação Decimal Universal (CDU), resultado de estudos de La Fontaine e Paul Otlet. Porém, é com a obra *Tratado da Documentação (Traité de Documentation)* que as propostas de Otlet ganham forma e identidade, aqui destacamos alguns dos princípios elaborados por Otlet (1996, p. 10):

1º o registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material, ou seja, documentos; 2º a conservação, circulação, atualização, catalografia, descrição e análise desses documentos; 3º a elaboração, com a ajuda de documentos simples, dos documentos mais complexos, e com a ajuda dos documentos particulares, o conjunto desses documentos; 4º em último grau, o registro dos dados cada vez mais completo, exato, preciso, simples, direto, rápido, sinótico, de forma simultaneamente analítica e sintética; seguindo um plano cada vez mais integral enciclopédico, universal e mundial.

No discurso, observa-se que a atenção de Otlet é inicialmente com relação à informação, com seu acesso, de maneira que a sua organização é o fator fundamental, sem esquecer do registro dessa informação. A forma de compilação das informações, em catálogos ou fichas, é responsável pela universalização da informação e dos documentos, visando à padronização, ou seja, a união das informações contidas nos documentos, promovendo a estruturação e a manutenção da relação entre tais informações, e, conseqüentemente, para o documento e suas múltiplas formas e contextos seria ideal uma rede universal de informações. De igual modo, vamos nos ater a como Otlet define documento em uma palestra proferida no Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, a saber:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. A Documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia) (OTLET, 1937).

Como observado, Otlet não tem o foco em que tipo de suporte se encontra a informação, ele cita vários exemplos do que vê como documento, incluindo, ainda, como tipos de documento os objetos, escapando da visão tradicional, livro e papel, inclusive adiciona as gradações de profissionais que lidam com os documentos. A contribuição de Paul Otlet para a ampliação do termo documento é de fundamental importância, pois abre o leque de possibilidades de se estudar, refletir e observar os componentes que constituem a informação, para além disso, sua contribuição também é acentuada nas intercessões e aproximações entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, bem como no advento da Ciência da Informação. Para Tanus, Renault e Araújo (2013, p. 160) compreendem sobre a abrangência do termo documento, da seguinte forma:

Em suma, a Documentação propôs extrapolar a dimensão do suporte em direção à informação contida nos variados documentos localizados em diferentes instituições. Dessa forma, os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade, independente dos formatos e suportes em que são registrados pelo homem. Esse entendimento aponta para a multiplicidade de suportes

e cria os contornos de totalidade e universalidade propostos por Otlet. É por conta também desse novo olhar para o registro humano, que se pode caminhar ao lado do conceito de documento em diferentes áreas como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Nesse aspecto, a contribuição da disciplina de Documentação, criada por Paul Otlet, é fundamental para essa abrangência do conceito de documento, sendo o fenômeno da informação o mais relevante para se estudar, refletir e compreender seus procedimentos e funções, além de agregar na interdisciplinaridade entre as áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Ainda discorrendo a respeito da gama de visões sobre documentos, e tendo em vista que a amplitude das formas documentais, difundidas pelas propostas de Paul Otlet, colaborou para outras áreas do conhecimento, entre elas, a Arquivologia, muitos de seus estudiosos de renome da área também comungam ou são influenciados por suas ideias. Como exemplo, a espanhola Antonia Heredia Herrera (1991, p. 121), quando compreende que:

Documento em um sentido muito amplo e genérico é todo registro de informação independentemente de seu suporte físico. Abarca tudo o que pode transmitir o conhecimento humano: livros, revistas, fotografias, filmes, microfilmes [...], mapas [...], fitas gravadas, discos, partituras [...], selos, medalhas, cuadros [...] e de maneira geral tudo o que tenha um caráter representativo nas três dimensões e que esteja submetido à intervenção de uma inteligência ordenadora.

Observa-se que a autora não menciona, nem delimita, se o documento é de arquivo ou arquivístico, o que importa é a função do documento, servindo para o conhecimento e transmissão das informações, fornecendo legitimidade às atividades humanas, a estudiosa ainda ressalta que tal documento apenas deve ser organizado. Desta forma, o que se sobressai, novamente, é a informação, que tem o papel de comunicação, de transmissão de conhecimentos e fatos ligados a alguém, ou a algo, refletindo um contexto específico de produção para o qual foi criado, logo, a sua função primordial é a comunicativa.

Desta maneira, mais uma vez nos certificamos que o suporte serve apenas como o meio fixo de se registrar as informações, porém não é o foco principal de qualquer documento, a representatividade da informação sim, é o que permite a transferência e trocas de conhecimentos, sobre as atividades, ideias e fatos do fazer humano. Herrera (1991, p. 122) continua com sua definição de documento:

[...] um objeto que conserva o vestígio da atividade humana; que serve para dar notícia de um fato, ficando essa notícia fixada no objeto. Apresenta-se, portanto, como um suporte material (pedra, pergaminho, papel, fita magnética, (disco) em que um meio (escritura, pintura) fixa o conteúdo, a notícia (informação).

Retomemos ao parâmetro do conceito de documento investigado, ao que iniciamos no texto, com as seguintes categorias qualificadoras, “documento de arquivo” ou “documento arquivístico”. Tais concepções têm por origem seus usos em diferentes países, sendo documento de arquivo mais utilizado em países de língua latina e documentos arquivísticos, também denominados por *record* e *archival document*, sendo utilizado em países de língua inglesa, portanto, como já relatamos, o adjetivo mais adequado a ser utilizado é o de documento arquivístico, pois agrega ao conceito de documento suas funções, atividades, contexto e produção, tendo em vista que amplifica a visão de documento para além de um mero local de armazenamento.

Já o que se compreende por documento de arquivo contraria o primeiro entendimento, ao remeter que o local ou lugar é o fator principal para objetivar o documento sendo arquivo, pois está alocado no arquivo. Ora, um documento não precisa obrigatoriamente estar alocado no arquivo para ser considerado documento, porém o arquivo sim, este precisa, para sua existência, ser o lugar de salvaguarda de documentos arquivísticos.

Em que pesem os fatos, os termos “arquivos” ou “arquivo” ainda são utilizados com bastante frequência por autores, para delimitar o objeto da Arquivologia, bem como no próprio conceito de arquivo, o que resulta nas indagações e reflexões terminológicas abordadas por alguns autores. A respeito desse binômio, documento de arquivo e documento arquivístico, Rondinelli (2011, p. 142) compreende que:

Um outro apoio nos vem de Duranti que em seu artigo *Archives as a place* aborda a questão dos arquivos como um lugar (*place*) que conferia autenticidade ao documento que ali era depositado justamente devido à sua natureza arquivística. Em que pese todas essas considerações, há que registrar que não defendemos a supressão do termo documento de arquivo em favor do termo documento arquivístico. No nosso entendimento, ambas as denominações estão corretas, apenas consideramos o segundo mais preciso na identificação do objeto da Arquivologia.

Logo, a questão do binômio do “documento de arquivo” e “documento arquivístico”, como podemos averiguar, é mais para dar coerência ao objeto da Arquivologia, promovendo qualidade ao documento e servindo como marca de sua identidade, de suas funções e atividades. Ainda sob este aspecto, a incidência da organicidade e da proveniência colaboram mais uma vez para que a terminologia documento arquivístico seja mais conhecida e utilizada por teóricos e profissionais da área.

A amplitude de formas documentais também corrobora para que o conceito de documento seja expandido em outras áreas do conhecimento, uma delas é a Biblioteconomia, tendo em vista que na biblioteconomia também se trabalha com a informação, registrada em um suporte, ou seja, documentos materializados, na qual a escrita fornece significados e informações.

Com isso, entendemos que o conceito de documento permite múltiplas visões em outras áreas do conhecimento, respeitando, obviamente, suas funções, objetivos e atividades, e, principalmente, sua criação, como no caso dos arquivos, em que seus documentos possuem relação entre si, ou seja, organicidade, e são decorrentes de atividades, funções jurídicas, administrativas ou de cunho pessoais; o que difere da biblioteca, pois os documentos produzidos são com fins artísticos ou resultantes de pesquisas científicas, filosóficas ou humanísticas.

Na biblioteconomia, por muitos anos, o único objeto a ser identificado como documento foi o livro, porém as coleções documentais, com o passar dos anos, foram se diversificando, assim, no que diz respeito aos documentos de Biblioteca, Para Tanus, Renault e Araújo (2013, p. 164-165) discorrem que:

Tal transferência ocorre por meio das coleções, que são formadas por um conjunto organizado de documentos. Assim o documento é compreendido a partir da ótica da coleção que integra o acervo de uma biblioteca. Segundo esta autora, a coleção pode ser vista como composta fundamentalmente por livros, pois estes foram durante anos o principal suporte de informação. Entretanto, essa perspectiva alterou-se, dando espaço para outros tipos de documentos, como as publicações periódicas, folhetos, manuscritos, músicas impressas. Acrescenta-se ainda que, devido às mudanças no mundo da informação e na editoração eletrônica, as coleções de documentos convencionais passaram a conviver com os documentos eletrônicos, configurando a biblioteca como uma intermediária entre os usuários e os documentos de qualquer tipo, que trazem consigo as informações.

Por essa análise de Para Tanus, Renault e Araújo (2013), a informação

assume o papel principal na atuação das bibliotecas, sendo o documento o meio pelo qual o acesso à informação é garantida, o contexto técnico-científico passa a ser predominante na delimitação da documentação bibliográfica, e, conseqüentemente, em sua organização e armazenamento. Em contraponto, na Museologia, a noção de documento permeia toda uma miríade de formas e objetos documentais, que servem como suporte da informação, mas é necessária uma análise, um estudo aprofundado do objeto para que o qualifique como documento, podendo este ser uma pedra, um papel, uma roupa etc. A museologia possui três elementos que auxiliam nesse processo de identificação: investigação, comunicação e preservação. Desse modo, cabe ao museólogo e às instituições museológicas implementarem métodos e regras para se identificar os objetos/documentos e suas informações, por exemplo, os Sistemas de Documentação Museológica, conforme Para Tanus, Renault e Araújo (2013, p. 168):

Tais sistemas têm, portanto, a responsabilidade de armazenar as informações individuais sobre os objetos, por meio de palavras e imagens, bem como ampliar os conteúdos documentais existentes (textuais e iconográficos), e disponibilizar a base de dados para consultas internas e externas.

Nessa conjuntura, é importante uma investigação minuciosa sobre o contexto de formação do documento museológico, bem como que tipo de informação ele possui, na qual as palavras, imagens, peças e demais objetos/documentos devem ser analisados por museólogos e historiadores, como partes fundamentais para a formação de sua identidade, podendo, assim, fornecer informações sobre seu contexto de criação e sua relação com o meio ao qual pertencem, bem como serem organizados e disponibilizados. Isso faz parte do processo de musealização, no qual mecanismos de seleção são efetuados na identificação e classificação dos objetos para que estes sejam transformados em documentos, e comunicados aos usuários internos e externos do museu.

3.3 ARQUIVOS PESSOAIS

Ao abordamos a temática de Arquivos Pessoais, estamos envolvendo algumas características e fatores que colaboram para a sua dimensão memorialística. A princípio, ao falarmos de tal temática, nos encaminhamos para a

pluralidade de fontes e de identidades. Sob este viés, devemos esmiuçar as diversas camadas e todo o processo de formação, de construção dessas fontes históricas, pois tais registros pessoais abrangem uma amplitude social, tendo em vista que seus produtores, quase sempre, constituem seu acervo de forma intencional. Nesse sentido, salienta Heymann (2005, p. 1-2): “os arquivos deveriam ser tomados, eles próprios, como objeto sociológico e histórico, permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos”.

Nessa perspectiva, podemos compreender algumas características da formação dos Arquivos Pessoais e até mesmo da produção do seu acervo. Inicialmente, temos que compreender a voz de fala do personagem, seja ele escritor, intelectual, diplomata, ou seja, em que âmbito social situa-se o sujeito criador do legado, no que consiste sua história de vida, sua trajetória, suas relações sociais.

Logo, de maneira breve, podemos elencar algumas particularidades em tal formação: a sociedade expõe a necessidade de recuperar a história do sujeito, devido a sua importância para a memória nacional, por exemplo; também ocorre, como mencionado anteriormente, sendo que agora de maneira mais objetiva, qual o lugar que este sujeito ocupa ou que já ocupou, se é no ambiente da cultura, da educação, do desenvolvimento; ainda tem o valor do acervo para a pesquisa, fomento acadêmico e científico, e também no sentido de homenagem ao sujeito e de promoção de seus ideais.

Com efeito, não podemos deixar de mencionar que a importância dos arquivos pessoais no campo da memória é justificável, como assegura Heymann (2005, p. 3):

Não se deve perder de vista que os investimentos na memória – projetos institucionais, comemorações, homenagens –, visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro, sejam eles os próprios titulares, sejam seus herdeiros, entendidos aqui não apenas como familiares, mas também como depositários da herança política do personagem. De fato, não estão em jogo, apenas, as condições que permitem criar uma instituição de memória, mas, além disso, as formas pelas quais tais memórias são evocadas e comemoradas, bem como as disputas entre diferentes grupos e diferentes projetos em torno de uma mesma memória ou, mais precisamente, entre diferentes memórias de um mesmo personagem.

Conforme o exposto acima, podemos assimilar que, em se tratando de Arquivos Pessoais, sua gênese é composta e formulada intencionalmente, seja pelo titular, seus pares ou demais grupos responsáveis, visando à valoração do acervo, do percurso de vida e do próprio sujeito. Corroborando tal concepção, Campos (2013, p. 03) diz:

Quando se adentra o universo da intimidade, é preciso considerar ainda as razões subjetivas que levam os indivíduos a manter seus arquivos: neles também se encontram os documentos e objetos atrelados às afetividades, às obsessões, aos hobbies, às preferências políticas e às crenças e práticas religiosas.

Sendo assim, mais uma característica a ser identificada nos Arquivos Pessoais é a natureza de sua procedência, que nos ajuda a entender as origens das atividades e funções dos documentos produzidos pelo titular no decorrer de sua vida. Logo, os arquivos pessoais são comumente adjetivados como “políticos, especiais, literários, científicos”, entre outros. Desse modo, essa adjetivação nos ajuda a compreender o sentido de sua constituição, a classificar se o acervo é privado ou público, bem como auxilia os arquivistas e demais profissionais da informação a entender as especificidades indelévels e a organicidade do sentido da acumulação dos documentos pessoais. Para tanto, Campos (2013, p. 3) afirma:

Desconsiderar a atividade que dá origem à produção e que motiva a acumulação de parcela considerável da documentação equivaleria a ceder a esquemas inapropriados de abordagem, sublimando os desafios de ordem teórica implicados na complexa tarefa de restabelecer o sentido da acumulação documental e de entender os vínculos que articulam cada documento, conferindo-lhes a essência de sua especificidade – a organicidade –, elementos-chave do fazer arquivístico, se o considerarmos como sugere Angelika Menne-Haritz (1998), como “a ciência dos contextos e relações”.

Desse modo, devemos compreender que podemos fazer a leitura dos arquivos pessoais por meio da acumulação documental que seu titular, ou seus pares, escolhem deixar como testemunho de sua trajetória de vida, como uma construção de si mesmo. Entretanto, a própria formação, organização e constituição de tais acervos também é realizada de maneira coletiva, por funcionários, familiares e amigos, que guardam e recolhem todo tipo de material no decorrer do tempo.

3.4 DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS PESSOAIS

Quando abordamos os documentos arquivísticos pessoais, devemos compreender que a sua formação intencional sugere as relações sociais que o sujeito principal do arquivo, ou seja, o titular, quis deixar como construção de sua história e dos espaços narrativos de vida, como círculo de amigos, família, trabalho, viagens, festas. Sendo assim, faz-se necessário uma reflexão a respeito dos conceitos e princípios arquivísticos tradicionais, será que estes também são válidos para os arquivos (e seus respectivos documentos) pessoais?

Tendo em vista que os arquivos de grupos, famílias e indivíduos são diferentes em sua gênese e, conseqüentemente, em sua organicidade, tais indagações foram preconizadas pelo arquivista e estudioso canadense Terry Cook, durante o *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*, realizado em novembro de 1997, no Rio de Janeiro e São Paulo. Em sua palestra, que posteriormente foi publicada em forma de artigo, Cook (1998, p. 129) assinala:

O presente artigo explora uma questão fundamental da teoria arquivística: os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, que foram desenvolvidos para os documentos de instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias e grupos? Em caso afirmativo, como isso afeta a tarefa do arquivista? Desta análise emergirão também algumas reflexões sobre a perspectiva metodológica que o arquivista deve adotar hoje, especialmente na avaliação de documentos para a inclusão em instituições de arquivo, e na sua descrição.

Tais indagações realizadas pelo arquivista canadense são, em grande parte, técnicas, no sentido de provocarem a reflexão na prática laboral do arquivista, como na avaliação e descrição de documentos. Porém, se pensarmos um pouco mais adiante, entendemos que toda essa reflexão recai justamente no que escrevemos em todo esse trajeto do texto, que é preciso refletir sobre os acervos pessoais, oriundos de indivíduos, organizados pelo titular, por seus pares ou grupos de interesse (acadêmico/científico/político), e pensarmos sobre a sua construção e organização. De forma que os arquivos pessoais são diferentes dos arquivos administrativos e ou institucionais, desde sua origem, acumulação e tipologia, até a sua descrição e organização. Mais uma vez, Cook (1998, p. 131) argumenta:

O documento-proposta do Seminário pergunta, por exemplo, “até que ponto pode a acumulação de documentos de um indivíduo ser comparada com a acumulação por uma instituição como resultado natural e necessário de suas atividades?” O simples fato de essa pergunta ser colocada indica que existem dúvidas sobre sua resposta - e, portanto, sobre a possibilidade de uma estrutura conceitual comum para arquivos públicos e arquivos pessoais. O documento do Seminário afirma também que os arquivos públicos, ou institucionais, ou oficiais, são acumulações “naturais e necessárias”, subprodutos orgânicos da atividade administrativa, enquanto os arquivos pessoais, conquanto possam ter tal qualidade, frequentemente são - de novo nas palavras do documento do Seminário - “produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem”, um “(propósito) concebido que, na verdade, se destina à „monumentalização” do próprio indivíduo [...]”.

Dessa maneira, é válido situar que, no contexto dos arquivos pessoais, mais uma vez a organicidade é quem marca as relações existentes entre os próprios documentos acumulados pelo titular, bem como a imagem que o dono do acervo quer deixar para a sociedade, enquanto nos arquivos públicos e/ou institucionais os documentos são produzidos para atender às necessidades administrativas do órgão de origem, de maneira “natural”, como exposto acima. Ainda sob tal ótica, os arquivos pessoais são classificados como Públicos e Privados. Vejamos o que diz Bellotto (2007, p. 207):

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado (...). São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Logo, corroborando o exposto acima, os arquivos privados pessoais, também denominados “de Família”, surgem a partir do século XII a.C. na arquivística grega. Nessa época, com a gênese da divisão dos documentos, envolvendo o processo de conhecimento dos arquivos e de suas múltiplas funções, serviu a instituições, órgãos do governo, aos cidadãos e, principalmente, ao Estado. Conforme apresenta Silva e Malheiro (1999, p. 66):

O desenvolvimento do direito romano deverá ter contribuído para a proliferação de arquivos privados, que constituíam um instrumento essencial para o desenvolvimento dos negócios e garantia da propriedade dos cidadãos. Em Pompéia, no primeiro andar da casa do banqueiro Cecilius Jucundus, apareceu um grande cofre com a respectiva escrituração, feita em tabuinhas de cera.

Para tanto, de forma objetiva, os documentos oriundos de arquivos pessoais são resultantes das atividades desenvolvidas por seu produtor, no decorrer de sua trajetória de vida, devendo a documentação ser classificada como pública, quando a mesma relatar as informações pertencentes à União, com assuntos municipais, estaduais, judiciais, administrativos e afins. Em contrapartida, os documentos oriundos de arquivos privados são resultantes dos atos emanados por pessoas jurídicas e físicas, de direito privado, como, por exemplo: documentos pessoais, empresariais, científicos, de sindicatos, eclesiásticos etc. Vejamos o que diz Camargo (1998, p. 6):

[...] a interpretação progressiva do público e do privado, dissolvendo sua relação originária, têm múltiplas facetas. Não só os interesses privados passaram a ter importância pública, o que pode ser observado pela crescente intervenção do Estado no setor privado – sobretudo no seu direito de dispor livremente da propriedade – como também houve transferência de competências públicas a entidades privadas. A esse fenômeno, que Habermas caracterizou como de socialização do Estado e de estatização da sociedade, corresponde o de —“ publicização do direito privado e privatização do direito público.

Conforme o que podemos averiguar até esse momento, as relações sociais do titular do arquivo pessoal são de fundamental importância para todo o processo de identificação e descrição dos documentos pertinentes a sua vida pública e privada.

3.5 ARQUIVOS PESSOAIS: ENTRE O SINGULAR E O PLURAL

Sob o aspecto das múltiplas singularidades dos Arquivos Privados Pessoais, podemos estabelecer que cada arquivo particular, em sua acumulação, tem como objetivo principal o de testemunhar a vida e história de uma pessoa. Assim, a reunião de todos os documentos desse acervo não se dá de maneira involuntária, mas de forma consciente, ou seja, intencional, seja pelo titular ou por seus pares.

Tais documentos pessoais autorizados e/ou assinados servem como fonte de interpretação e consulta, de modo que podemos saber e aprender sobre os fazeres e viveres do titular do acervo, suas relações sociais com familiares e amigos, e atividades de trabalho, por exemplo. Sobre os arquivos pessoais, Oliveira, Macêdo e Sobral (2016, p. 2) afirmam:

Arquivos pessoais são produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica. Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados “oficiais” e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades.

Logo, não é distante compreender que os documentos de caráter pessoal passam por uma seleção e até mesmo exclusão por parte do indivíduo ou de quem possuir sua custódia, assim conseguimos percorrer a sua trajetória de vida. Vale ressaltar que nem sempre, ou obrigatoriamente, os documentos acumulados e, posteriormente, divulgados nos arquivos privados pessoais refletem *ipsis litteris* o ser humano que o produziu, como diz Lejeune (2008, p. 67), “traz em si uma espécie de rascunho, perpetuamente remanejado, da narrativa de sua vida [...]”. Ao redor de nós, bem mais numerosas que pensamos, há pessoas que passam esse rascunho da vida a limpo [...]”. Nesse sentido, são inerentes aos arquivos privados pessoais a seleção e o descarte de documentos, cabendo ao titular decidir o que deseja ou não perpetuar a favor de suas atividades, de sua memória. Nessa conjuntura, sob a interpretação dos arquivos privados pessoais, Oliveira (2009, p. 45) comenta:

Dessa forma, sua interpretação é simultaneamente, um ato de violação, uma violação permitida, sobretudo quando esses arquivos são entregues por familiares ou pelos próprios titulares a órgãos públicos sem a prescrição de nenhum tipo de limitação de acesso, possibilitando a construção da memória histórica, da instituição do diálogo entre o narrador e seu personagem, rompendo certa lógica de que a autobiografia é um texto produzido exclusivamente pelo próprio autor.

Apesar de não ser o nosso foco de pesquisa, compreendemos que o autor é o próprio produtor do arquivo, numa visão mais abrangente de autobiografia, que por

meio dos contextos de vida e das atividades do indivíduo, as narrativas emanadas através dos documentos possibilitam a construção da memória e da pesquisa histórica. Nesse sentido, a interação entre a vida pública e a privada se imbricam, proporcionando a diversidade de documentos pessoais, como: objetos, peças, quadros, condecorações, roupas etc. Outra questão relevante é a polissemia dos documentos produzidos nos arquivos pessoais, pois não possuem metadados, ou seja, fotografias com legendas, vídeos e áudios sem data, bem como anotações e rascunhos, em qualquer tipo de suporte e forma, objetos separados, sem vínculo orgânico com os demais documentos. Para além disso, outra situação comumente usada é a transferência de tais documentos para bibliotecas e museus, em que pesem os fatos, Camargo e Goulart (2007, p. 43) discorrem:

Para tratar os arquivos pessoais, como arquivos, é preciso vê-los, antes de tudo, como “conjuntos solidários e orgânicos”. Não dispõem de autonomia, como os de biblioteca, nem precedem ou sucedem no âmbito da atividade para a qual servem de instrumento. Nesse sentido, apontam para uma abordagem que, necessariamente, busca recuperar a “conexão lógica e formal que liga um documento a outro mediante vínculo de necessidade”, ou seja, a teia de relações (originária, necessária, e determinada) que os documentos de um mesmo grupo mantêm entre si.

Há ainda os elementos externos aos documentos que corroboram a formação dos acervos pessoais, estes, por sua vez, não têm uma lógica concreta e certa em sua gênese, não obedecendo a regulamentos e regras, nem muito menos criando sistemas próprios de informação. O que, de fato, dá uniformidade e continuidade ao fluxo de informações nos arquivos privados pessoais são os contextos e os usos dos documentos por parte de seu produtor ou dos pares, portanto, a sua relação orgânica que permite o sentido e/ou o porquê de aquele documento ter sido produzido. De tal maneira que, o contexto é o elemento condicionante para a identidade dos documentos pessoais, como reflexo da própria identidade do seu titular, porém não menosprezando a relação entre o nexo das funções e atividades, e os documentos. Sendo assim, temos como abordagem metodológica a assertiva união entre contexto e conteúdo, como reflexo das funções, atividades e relações que o produtor mantém tanto em sua vida pública quanto pessoal. Segundo Camargo e Goulart (2007, p. 51):

Trata-se de uma capacidade reflexiva peculiar, que oscila entre a representação (o documento é a corporificação do fato) e a equivalência (o documento é o próprio fato). Como afirmou Bruno Delmas, “todos os documentos de arquivo começam por ser um instrumento necessário, do mais simples ao mais decisivo, da atividade de um indivíduo ou de uma instituição num determinado momento, antes de se tornarem produtos e, finalmente, traços remanescentes dessa mesma atividade”.

Nesses arquivos, os documentos constituem de tamanha pluralidade, diferentemente dos documentos de cunho administrativo, que muitas vezes são gerados apenas para serem lidos pelo próprio titular que o produziu, ou, em alguns casos, por seus interlocutores, como, por exemplo, os pesquisadores, e que devido à gama de assuntos bem como funções sociais mantidas na trajetória de vida do titular, tais documentos servem para pesquisa. Desse modo, o papel do indivíduo em sociedade, suas relações sociais, com amigos e familiares, bem como na área de trabalho, reflete diretamente na disposição dos assuntos e conteúdos dos documentos, conforme Oliveira, Macêdo e Sobral (2016, p. 3) descrevem:

Nesses arquivos, podem ser encontrados registros da relação entre o produtor e o Estado, das suas relações profissionais e de negócios, dos aspectos culturais e sociais de sua vida, e de suas relações íntimas. É por isso que tais documentos se tornam fontes úteis para as perspectivas sociológicas, uma vez que representam uma saída da formalidade coletiva e da organização sistêmica, características típicas de documentos frutos de atividades administrativas. Essa pluralidade de elementos que compõem os arquivos pessoais invariavelmente diz respeito a informações “sensíveis” que, em alguns casos, foram produzidas para serem vistas apenas pelos olhos do produtor ou, no caso das missivas, apenas pelos olhos dos interlocutores.

Assim sendo, o entendimento que podemos aferir é que os arquivos privados pessoais, em decorrência de suas funcionalidades, ações, procedência e objetivos de sua criação, atuam diretamente na compreensão da relação entre o documento e suas atividades, e, conseqüentemente, no caminho percorrido por seu titular (no âmbito pessoal e no público), como indivíduo em sociedade. De tal modo que, arquivos e coleções pessoais são provenientes e resultantes das interações do sujeito social que, por meio de suas experiências, de sua intimidade e suas implicações, cria-se uma teia de significados e histórias, em torno de si e dos que o cercam. Logo, os contextos de produção e de procedimentos dos documentos

peçoais têm como característica a informalidade, não podendo ter generalizações, pois justamente são produzidos de acordo com a vontade de seu titular e de suas atividades, gerando todo tipo de documento, não necessariamente o textual, e, ainda nesse contexto, o próprio método de empréstimo do documento pode ser efetuado de maneira mais “simples”, por assim dizer, conforme expõe Lopez (2003, p. 70):

Situações similares, dentro do universo dos arquivos pessoais, podem ser regidas pela informalidade. Assim, um empréstimo amigável entre duas pessoas pode, muitas vezes, não contar com nenhum registro. Em outras situações, uma simples anotação em um bloco de rascunho pode servir como controle. A justeza das informações ali inscritas, e a conseqüente efetivação da função de controle da dívida e de seu pagamento, passa, além da confiança recíproca, pela garantia da inviolabilidade daquelas anotações.

Dessa maneira, compreendem-se as múltiplas formas de definição de documento, suas gradações, informações e suportes, que servem como alicerces de sua identidade, auxiliando na compreensão das variantes possíveis de documentos pessoais, bem como dos arquivos desta categoria. Assim, entre a informação e o suporte material, são os fatores que definem os múltiplos documentos pessoais. Para Tanus, Renault e Araújo (2013, p. 162) discorrem sobre a gama de tipos de arquivos e documentos, a saber:

Contemporaneamente é possível notar o crescimento dos arquivos pessoais, arquivos literários, arquivos fotográficos, arquivos cinematográficos, entre outros. Os documentos desses novos tipos de arquivos contribuem para a ampliação do conceito de documento para além do suporte tradicional ou planejado. Além disso, contribuem também para o distanciamento do arquivo como instituição tradicionalmente custodiadora apenas de papéis de cunho administrativo.

Diferentemente dos documentos de cunho administrativo, a lógica aplicada para a formação dos arquivos pessoais é sempre delineada por seu produtor, que geralmente trata-se de algum político, artista, literato, adido cultural, diplomata etc, esse aspecto contribui de forma incisiva para a acumulação de documentos, de diversas tipologias, tendo em vista que estes profissionais têm contatos pessoais e profissionais que se relacionam, ultrapassando, muitas vezes, o campo pessoal do privado, e, dessa maneira, o titular, no decorrer de sua vida, seleciona o que deseja como memória de tudo o que realizou, tanto no campo pessoal como no privado.

Logo, a produção do documento, portanto, o seu contexto de formação, mais uma vez é o fator principal para a compreensão do conjunto de documentos constituintes dos acervos pessoais, é o caráter orgânico desse tipo de arquivo, que o legitima como pessoal, bem como nos mostra, por meios das várias tipologias documentais, as relações sociais e humanas do titular com sua família, amigos e no trabalho. Sobre a importância do contexto de produção e a relação dos documentos, Camargo (2009, p. 28) explana:

Como resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário.

Assim, a relação entre nexos e conteúdo é importante para compreendermos o todo, para termos uma visão macro dos acervos pessoais. Outra questão relevante é a própria denominação *Arquivos Pessoais* ou *Arquivos Privados Pessoais* que normalmente é utilizada pela comunidade arquivística, porém alguns autores defendem a utilização mais objetiva e transparente na denominação de tais acervos, por meio de categorias estabelecidas de acordo com a ocupação do titular, de sua visibilidade no cenário social, acadêmico, como: arquivos de cientistas, arquivos de literatos, arquivos de políticos, arquivos de estadistas, ou ainda arquivos de pessoas, podendo denominar individualmente.

Vale ressaltar que muitos desses arquivos de pessoas estão acondicionados em arquivos públicos, que em nada possui relação com as atividades e função de seu órgão de custódia, porém não podemos deixar de mencionar a questão da representatividade do arquivo pessoal para a instituição, sua importância social, cultural e informacional para os usuários internos e externos, essa escolha em incluir ou não o arquivo de pessoas na instituição depende da política de aquisição de acervos. É nessa conjuntura das escolhas documentais, do que deve ser aproveitado ou não para a instituição de custódia que Camargo (2009, p. 29) relata:

Por mais que se admita o arquivo como somatória de elementos articulados e indissociáveis, as iniciativas habituais de preservação gravitam em torno da obra de seu titular. Daí parecer natural que os demais documentos do arquivo a acompanhem, em seu destino final, e que donatários e doadores privilegiem certos núcleos documentais em detrimento de outros, numa visão hierarquizada de sua importância.

Ainda sob o aspecto documental, como já mencionamos anteriormente, os arquivos pessoais são compostos por documentos que contam o percurso de vida do seu titular, e, desse modo, também refletem a forma como foram criados, e até mesmo os processos que envolveram a geração desses documentos e os conhecimentos encontrados neles, colaborando para uma melhor representação do autor do acervo, bem como na crítica de sua obra.

Outra característica é a comumente abordagem bibliográfica (assunto/ autor/ título) que se dá aos arquivos privados pessoais, inclusive no âmbito de sua classificação e descrição, dessa forma, é como se reduzíssemos sua organicidade e ainda prejudicássemos o seu valor probatório original conforme sua primeira função. Completando a discussão sobre a caracterização desses acervos, Camargo (2009, p. 31) afirma:

O foco na informação trai, mais uma vez, a presença forte e equivocada da biblioteconomia na formulação de normas de descrição para arquivos. O primado do conteúdo na elaboração de instrumentos de pesquisa, no entanto, é resquício também de outro equívoco: a suposição de que, na fase permanente, os arquivos perdem suas funções primárias, não havendo justificativa para mantê-los atrelados a uma racionalidade que não é mais praticada. Se no âmbito dos arquivos institucionais a questão parece resolvida há muito, contribuindo para reforçar os conceitos e princípios da área, no caso dos arquivos de pessoas sucede o contrário.

Os arquivos pessoais já nascem permanentes, e quando ocorre o falecimento de seu(s) titular(es), o uso é cessado e, por algum tempo, o uso jurídico permanece, sendo assim, as atividades de preservação do contexto, bem como a organização do acervo, são fundamentais para manter o valor de ordem secundário contido nos documentos pessoais, de forma que servem para confirmar e (re)afirmar suas atividades, funções e, principalmente, seu valor probatório. Ainda, segundo Camargo (2009, p. 31),

Organizar e descrever qualquer arquivo em função de seu valor secundário significa retirar dele, exatamente, os atributos probatórios próprios de sua relação com o contexto de origem. A ideia de que só se obtém informação qualificada quando se compreende seu significado no contexto em que foi produzida é, aliás, partilhada pelos praticantes de várias disciplinas. Para a arquivística, no entanto, a correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área caráter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada.

Para tanto, a relação entre contexto e conteúdo mostra-se como elemento fundamental para o entendimento do caráter probatório dos documentos pessoais, servindo também para a obtenção de informações dos arquivos pessoais, e a sua consequente descrição se faz necessária para a caracterização (tipo, formato, assunto, espécies, formatos etc), tendo em vista que os documentos constituintes deste tipo de arquivo são heterogêneos, normalmente fragmentados e não têm uma coerência lógica em sua gênese, diferentemente dos documentos de cunho administrativo. Em relação à natureza dos arquivos pessoais, Ducrot (1998, p. 163) afirma:

De uma maneira geral, a natureza dos arquivos pessoais demanda uma classificação mais refinada que a dos arquivos públicos. Trata-se aí de um desafio, numa época em que os arquivos públicos avolumaram-se de tal maneira que não se pode tratá-los senão em massa, salvo exceções. O valor histórico desses arquivos privados, os numerosos autógrafos que contêm e seu volume, geralmente restrito, justificam esse tratamento particular.

Ainda, segundo a mesma autora, os arquivos pessoais de políticos também constituem elementos peculiares devido as suas funções e atividades públicas, citando, inclusive, como exemplo, a lei francesa que impõe que todos os indivíduos que assumem cargos públicos devem deixar todo o acervo produzido no decorrer de sua gestão no local onde o próprio político exerceu sua função, deixando todos os arquivos ao fim do seu mandato, vale ressaltar que os documentos de políticos acumulados em vida anterior ao seu cargo público, portanto pessoais, também são coletados. Também é na França que os arquivos pessoais de escritores e literatos são comumente reunidos e acondicionados nas bibliotecas, como se fosse uma extensão dos livros, de modo que os seus manuscritos auxiliam nos estudos de gênese. Porém, Ducrot (1998, p. 165) nos mostra outra perspectiva com relação aos

arquivos de escritores, quando diz:

Aqui também prevalece o pragmatismo. Para certos escritores ilustres, cujas atividades foram integralmente dedicadas à literatura ou ao teatro, parece normal que seus manuscritos sejam conservados nas bibliotecas, e que seus arquivos propriamente ditos (documentos pessoais, contratos com os editores, encomendas, correspondência...) lhes sejam juntados para não se quebrar a unidade do fundo. Quando o escritor tiver sido também um político ilustre, o que fazer? Depende das circunstâncias e da vontade da família.

Ou seja, não é comum, nem via de regra que os documentos constituintes de arquivos de escritores e literatos sejam acondicionados somente em bibliotecas, até mesmo porque muitos desses intelectuais mantinham relações com outras áreas do conhecimento bem como com indivíduos de outras áreas, e que, por diversas vezes, no decorrer de sua trajetória de vida, assumiram outros cargos e funções, como diplomatas e políticos, na qual recebiam todo tipo de documento, para além do textual, como roupas, objetos, condecorações, móveis, etc.

Nessa conjuntura, a análise das espécies e dos tipos de documentos encontrados nos arquivos privados pessoais é necessária para compreendermos quais os percursos, preferências e gostos o titular desenvolveu em vida, logo os objetos também são recorrentes nos arquivos privados pessoais, muitas vezes denominados de tridimensionais, o que para alguns autores,

Resta encontrar o nome adequado para designar, na óptica do conceito de gênero, os documentos desprovidos de linguagem: os objetos que, por equívoco, costuma-se denominar tridimensionais, como se tal condição não fosse também a de todos os documentos em seus diferentes suportes (papel, pergaminho, filme, fita magnética, disco óptico etc.) (CAMARGO, 2011, p. 157).

Na perspectiva da autora, denominar os objetos de tridimensionais é, no mínimo, um equívoco, tendo em vista que outras tipologias documentais possuem formatos e suportes diferenciados, não sendo apenas comum aos objetos. Ainda nesse âmbito, na Biblioteconomia, por exemplo, utiliza-se o termo *realia* para designar os objetos oriundos da natureza bem como todo o material produzido pela indústria, ou até mesmo artesanalmente.

Assim, em alguns casos, a própria descrição e classificação de documentos

não textuais, como no caso dos objetos, acabam que perecem de tratamento, o que acarreta, conseqüentemente, na separação de seu contexto. Para tanto, a divisão ou o fracionamento de tais documentos prejudica na relação de contexto e conteúdo, tão importante nos arquivos pessoais, ainda mais quando se tratam de objetos, essa dispersão também acarreta a falta de compreensão do próprio significado dos documentos. Nesse sentido, a importância do contexto e conteúdo é abordada por Camargo (2011, p. 158-159):

Os exemplos que oferece apontam, no processo de descrevê-los, para o adequado emprego dos princípios arquivísticos, consolidados a partir dos documentos escritos; é o contexto em que foram produzidos (e disseminados) que constitui a chave para o entendimento de seu significado. Ao estabelecer o primado do contexto sobre o conteúdo como abordagem essencialmente arquivística, os profissionais da área mantêm-se coerentes com a essência da disciplina em que atuam. Afinal, os documentos de arquivo retiram seu efeito probatório – razão última pela qual são preservados – das atividades para as quais serviram de instrumento, e o fazem mediante o uso de recursos que lhes são peculiares e que explicitam, via de regra, os sinais de sua própria instrumentalidade.

As observações da autora contemplam a força da instrumentalidade dos documentos, sendo a essência de sua criação e a função para a qual foram produzidos os elementos fundamentais para a compreensão e entendimento de seu significado. Portanto, quando a abordagem remete aos objetos, estes assim como os documentos textuais, também necessitam dos princípios arquivísticos para sua consolidação e preservação da primazia contexto e conteúdo. Outro quesito elementar é a preservação dos vínculos dos objetos, na qual devem ser mantidos, pois, a partir do momento que estes documentos são dispersos, e sem nenhuma relação lógica, mais uma vez seu significado é comprometido, conforme Camargo (2011, p. 161) afirma:

Uma vez rompidos esses vínculos, os objetos, em sua maioria, deixam de ter o mesmo significado. Escapam dessa condição apenas aqueles que explicitam suas funções e trazem gravadas as circunstâncias em que as exerceram, como as placas de homenagem, os troféus, as condecorações e as insígnias, tão comuns nos arquivos pessoais. Se a estabilidade de sentido é uma das características que diferenciam os arquivos de outras instituições de custódia, como os museus, a impossibilidade de garanti-la faz com que os objetos percam o próprio estatuto documental.

Trata-se, em síntese, de uma das características pertinentes aos arquivos pessoais, que em sua maioria acumulam todo tipo de documento, entre eles os objetos, que podem ser adquiridos pelo titular, bem como doados ou recebidos como presentes, ou ainda prêmios decorrentes de suas atividades domésticas ou profissionais. Sob tal ótica, ocorrem casos nos quais os objetos, para serem identificados e descritos, exigem uma visão abrangente de todos os documentos do acervo, e, posteriormente, uma leitura mais minuciosa, tendo em vista que muitos desses objetos podem ser identificados e terem seu nexos mantido por meio de cartas e mensagens enviadas referindo-se ao objeto.

Para tanto, como observamos, são muitas as características que permeiam os arquivos pessoais, entre as quais se destacam:

- a) A diversidade de tipologia e espécies documentais, de forma a abranger diversos gêneros (textuais, iconográficos, audiovisual, cartográfico, sonoro, etc.);
- b) A relevância do contexto e conteúdo para a compreensão dos documentos, e, conseqüentemente, de seu significado;
- c) O conhecimento da trajetória de vida, das atividades exercidas pelo titular bem como suas relações sociais, nos âmbitos público e privado é necessário para delinear os percursos de formação e instrumentalizam dos documentos;
- d) A seleção e o descarte natural dos documentos pessoais são realizados, muitas vezes, de modo intencional pelo titular do acervo, que o faz no sentido de deixar como memória o que lhe convém;
- e) A tríade da organicidade, contexto e conteúdo são elementos fundamentais que reverberam, por assim dizer, as identidades do titular bem como do acervo.

Contudo, podemos observar as pluralidades e singularidades que permeiam e complementam a teia de significados, símbolos e identidades que formam os arquivos pessoais. Se considerarmos a existência de coleções pessoais, por exemplo, veremos que elas dizem respeito à relação do documento pessoal com o espaço público (MENESES, 1998). Não se trata, então, de apenas assinalar uma trajetória pessoal específica, mas a construção e desvelamento de uma subjetividade via existência de objetos e de documentos pessoais. Cada vez mais a sua relevância é notória, principalmente por contar as histórias de vida do produtor do arquivo, sua relação com a sociedade, familiares, amigos e até mesmo o modo

de ver o mundo.

4 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DOS DOCUMENTOS PESSOAIS

No percurso deste estudo conseguimos esmiuçar o contexto histórico de formação, produção e de classificação do Documento em Arquivos Pessoais (público ou privado), bem como as características principais que compõem e dão legitimidade identitária aos acervos de cunho pessoal. E desde o começo, em toda a literatura utilizada no caminho de nossa pesquisa, percebemos que não há um conceito próprio que delimite os documentos que fazem parte dos arquivos pessoais. A seguir veremos um quadro que confeccionamos com as conceituações de arquivos pessoais encontradas na literatura pesquisada.

Quadro 2 - Noção de documento em Arquivos Pessoais

Autores (as)	Conceito de Arquivos Pessoais
Terry Cook (1998, p.131):	“[...] enquanto os arquivos pessoais, conquanto possam ter tal qualidade, frequentemente são - de novo nas palavras do documento do Seminário – “produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente uma certa imagem”, um “(propósito) concebido que, na verdade, se destina à ‘monumentalização’ do próprio indivíduo [...]”.
Heloísa Liberalli Bellotto (2007, p. 207):	A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado (...). São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc.
Lúcia Maria Velloso de Oliveira Patrícia Ladeira Penna Macêdo Camila Campoi de Sobral	Arquivos pessoais são produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica. Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados “oficiais” e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades.
Ana Maria de Almeida Camargo Silvana Goulart (2007, p. 43):	Para tratar os arquivos pessoais, como arquivos, é preciso vê-los, antes de tudo, como “conjuntos solidários e orgânicos”. Não

	dispõem de autonomia, como os de biblioteca, nem precedem ou sucedem no âmbito da atividade para a qual servem de instrumento. Nesse sentido, apontam para uma abordagem que, necessariamente, busca recuperar a “conexão lógica e formal que liga um documento a outro mediante vínculo de necessidade”, ou seja, a teia de relações (originária, necessária, e determinada) que os documentos de um mesmo grupo mantêm entre si.
José Francisco Guelfi Campos (2013, p. 03):	Quando se adentra o universo da intimidade, é preciso considerar ainda as razões subjetivas que levam os indivíduos a manter seus arquivos: neles também se encontram os documentos e objetos atrelados às afetividades, às obsessões, aos hobbies, às preferências políticas e às crenças e práticas religiosas.
Ariane Ducrot (1998, p. 163):	De uma maneira geral, a natureza dos arquivos pessoais demanda uma classificação mais refinada que a dos arquivos públicos. Trata-se aí de um desafio, numa época em que os arquivos públicos avolumaram-se de tal maneira que não se pode tratá-los senão em massa, salvo exceções. O valor histórico desses arquivos privados, os numerosos autógrafos que contêm e seu volume, geralmente restrito, justificam esse tratamento particular.

Fonte: Tabela elaborada pela autora

O que é recorrente e bastante difundido nos trechos que tomamos como base para a conceituação, são as características dos arquivos pessoais, o contexto de trajetória de vida do produtor e suas relações sociais com a família, amigos e em suas funções públicas, bem como o quantitativo de todos os itens documentais pertinentes ao acervo, sendo estes adquiridos, doados, condecorações, presentes recebidos durante a vida do titular.

Complementa-se esta seção sobre a imprescindibilidade de problematizar a influência da Documentação, disciplina desenvolvida por Paul Otlet, a partir do século XX. O movimento da Neodocumentação vem para somar no sentido da valorização e revitalização do documento como instrumento de informação, que possui múltiplos contextos que o produziram.

Cabe mencionar o não menos importante teórico da Ciência da Informação, doravante CI, Michael Buckland, o qual contribuiu discursivamente para dar visibilidade às produções de Paul Otlet no que tange ao trabalho com a

Documentação, atribuindo ao belga o pioneirismo na produção de conceitos utilizados pela área da CI. No clássico *Information as thing* (1991), Buckland explica que o termo documento, como abordado pelos documentalistas, ainda no início do século XX, era desaprofundado, contribuindo para o generalismo das informações físicas que eram dispostas em um suporte. Inicialmente Buckland (1991) atesta, sobre o item lexical informação, que este é composto por disparidades de significação entre os teóricos do assunto, e suas reflexões o impulsionaram a propor uma regulamentação nos conceitos de informação até então pensados. O pesquisador apresentou três categorias que abarcassem o termo informação: informação como processo; informação como conhecimento e informação-como-coisa.

Nessa sua jornada enquanto pesquisador, Buckland ressignificou as imprecisões que circundavam o termo informação, uma vez que, em sua ótica, os profissionais da informação mobilizavam a informação como sendo uma coisa, um objeto de repasse, recheada de formalismos. Foi nesse cenário de compreensão da informação-como-coisa por parte de bibliotecários e os documentalistas que Buckland (1991) tornou-se referência para a área de Ciência da Informação, ao desengessar a problemática conceitual sobre o termo Informação.

Outro aspecto ainda bem explanado na literatura sobre arquivo pessoal, e relevante para compreendermos este tipo de acervo, trata-se do binômio contexto e conteúdo, que direciona nosso olhar de entendimento sobre as múltiplas nuances dos arquivos pessoais como funções, atividades e estrutura. Conforme explicam Camargo e Goulart (2007, p. 35):

O ponto de partida dessa abordagem, que no confronto com a realidade dos documentos ainda não esgotou todo o seu potencial operativo, foi admitir a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mutuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Qualquer outro tratamento que passasse ao largo desse esforço de contextualização, que é na verdade a operação-chave da metodologia da metodologia arquivística, poria em risco a organicidade da documentação.

Sobre tal ótica, fica em evidência a complexidade em classificar, descrever e ordenar os documentos pessoais, estes que, por sua vez, não exprimem uma lógica tal qual é encontrada nos arquivos institucionais, desse modo, mais uma vez, é

necessária toda uma preparação, de revisão de princípios e conceitos. Nesse sentido, é reforçado por Araújo (2018, p. 75), “Nos últimos anos vem se desenhando uma nova subárea na ciência da informação, marcada por uma revalorização do conceito de documento e seu estudo às representações sociais dos sujeitos”. Logo, a visibilidade dos documentos torna-se um fator de extrema relevância para entendermos as práticas sociais, os vínculos afetivos, a cultura e a história de indivíduos e grupos, e também de seus próprios países. Complementando tal importância, e sob a influência da Documentação, disciplina desenvolvida por Paul Otlet, a partir do século XX, o movimento da Neodocumentação vem para somar no sentido da valorização e revitalização do documento como instrumento de informação, que possui múltiplos contextos que o produziram.

Nessas instâncias, Araújo (2018, p. 76-77) faz um pequeno adendo sobre o movimento da neodocumentação por parte de alguns autores:

Para os autores vinculados a essa abordagem, ao abandonar o documento e centrar-se na informação entendida como o conteúdo objetivos dos documentos, a ciência da informação divorciou-se das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais a informação é produzida. O documento traz as marcas de seu contexto, de quem o produziu, do suporte em que está inscrito, de suas dimensões e tamanhos, de seus aspectos estéticos, entre outros. Ao se desconsiderar tudo isso, buscando apenas os dados ali contidos, a ciência da informação perdeu dimensões importantíssimas dos fenômenos informacionais. A neodocumentação busca, assim, uma certa reconciliação entre o estudo da informação e a vida social.

É perceptível que o movimento contemporâneo da neodocumentação surge para refletir sobre os fenômenos causados pela informação, e também pelo seu uso, focando em suas dimensões contextuais, na qual o documento se faz presente e é necessário para compreendermos sua origem, por meio de sua materialidade, complementando essa concepção Gomes e Silva (2011, p. 32) dizem: “É importante salientar que, em todas as definições e significados sobre documentos, o suporte e a informação são componentes inerentes e essenciais para compor o documento, e o que os diferencia é a finalidade do uso”.

Sendo assim, como exemplo, podemos enxergar nos objetos tridimensionais, documentos que comumente não contêm dados fixos, registrados em uma linguagem escrita, portanto sem metadados, e que fazem parte de coleções

de cientistas, professores e pessoas, logo é preciso investigar qual o uso do objeto mais sua função e seus atributos, além, obviamente, do seu valor de testemunho.

Portanto, os documentos considerados tridimensionais seguem a coerência de conteúdo mais o contexto, também aplicada aos documentos de cunho institucional, podendo ser considerados como documentos de arquivo, mesmo não tendo características próprias do arquivo, mas sendo mantido seu valor de testemunho, de registro das relações sociais do titular e de suas atividades. Conforme explica Lopez (2003, p. 75):

Mesmo os documentos que não se enquadram estritamente nas características típicas podem ser entendidos enquanto documentos de arquivo, desde que tenham sido produzidos no decorrer de alguma função inerente à vida do titular (instituição ou pessoa física) e tenham sido preservados como prova de tal atividade. Para que isso ocorra, é necessário que a guarda dos documentos não tenha sido corrompida, e que seja possível identificar as relações entre os documentos, entre estes e as atividades, entre o conjunto e o titular.

O contexto de acumulação é a chave mestra para a compreensão e concepção das múltiplas tipologias documentais, que são produzidas em momentos e conjunturas diferentes por pessoas, órgãos e instituições, conforme já abordavam Barros e Tognoli (2011, p. 70), “Conjunto e acúmulo são duas noções importantes para a constituição de um arquivo.” Tendo em vista a pluralidade de documentos pessoais, observamos a importância de uma possível conceituação desses documentos, o que não vimos em nossas leituras, o que encontramos com recorrência são as características dos arquivos pessoais, o próprio conceito do que são os arquivos pessoais, a vida social e familiar dos produtores do acervo, ou seja, tais questões que abordamos no início deste capítulo.

Sobre os efeitos mobilizados de que documentos sejam “produzidos” no decorrer de alguma função (o que não se aplica a documentos nos arquivos pessoais), trazemos à discussão alguns autores que tiveram coproduções no decorrer das últimas três décadas. Cabe, antes, mencionar que nossa compreensão e defesa é a de que documentos não são apenas restritos a funções, mas sobretudo atuam como mediadores – dispositivos - frente à função de transferirem informações na gerência (ou não) de conhecimento.

Na ótica conceitual de Marcondes (2010), o documento deveria ser interpretado como um artefato sócio-técnico que viabiliza a identificação da

assinatura de seu criador (suas intenções), assim como as estratégias utilizadas por este para transferir as mensagens no decorrer do tempo e do espaço. Lund (2009), por sua vez, na medida em que tece reflexões sobre a Teoria do Documento, discute o papel deste para a Ciência da Informação. Nesse direcionamento, Lund aponta que o documento pode ter duas reverberações: uma pela visão da materialidade - como objeto material - e outra pela socialização, ou seja, visão pela qual deve ser investigado o papel social numa comunidade. Nesse prisma de compreensão, foi graças aos documentos que as gerações conseguiram preservar o conhecimento, potencializando-os enquanto elementos culturais e históricos de uma dada sociedade.

O documento também é gerenciado por Briet como um alicerce de conhecimento concreto que pode ser utilizado para a consulta, o estudo ou a prova. Objetos como uma estrela ou até mesmo um animal vivo podem ser considerados documentos via procedimentos adequados de simbolização – ressalte-se a importância do comportamento e da organização – a exemplo de fotografias e catálogos.

O registro de entrada num organismo de documentação é uma coisa, o catálogo é outra. A boa ordem exige que todo documento contenha seu número de entrada que lhe fica atribuído como um estado civil "ne varietur". E que de outro modo ele contenha uma referência ou código, em função de uma classificação material que permite reencontrá-lo. O catálogo topográfico segue passo a passo a classificação das estantes, nos armários, nos classificadores. Os catálogos de autor e de título, os catálogos de assunto permitem responder às diversas questões dos usuários: existe tal obra? Sob o nome de um autor? Sob um título dado? Quais obras se poderia ler sobre tal assunto? Os catálogos alfabéticos são dispersos por catálogos sistemáticos, ou os documentos se grupam por afinidade cultural. Os catálogos, como as bibliografias, podem reunir numa mesma lista alfabética, numa mesma reunião sistemática diversas espécies de documentos: livros, manuscritos, medalhas, cartas geográficas, estampas, fotografias, objetos. Existem catálogos de pedras megalíticas, de espectros de estrelas, de documentos epigráficos. A documentografia constitui a enumeração e a descrição dos diversos documentos (BRIET, 1970, p.23).

Ainda sob este viés, conforme relatam Barros e Tognoli (2011, p. 73), "O interesse historiográfico e científico nos arquivos pessoais é bastante recente, assim como a transferência destes arquivos para instituições públicas". Por diversas vezes, os arquivos pessoais são considerados como coleções, principalmente na Europa,

Estados Unidos e Austrália, a tal ponto que existe uma distinção entre os Arquivistas, tendo os que exercem seu trabalho em arquivos públicos, e os que trabalham com os manuscritos, sendo assim, comumente, todo o material pessoal é acondicionado em bibliotecas, museus ou centros de documentação.

No entanto, tal concepção é equivocada, os arquivos pessoais são conjuntos orgânicos e, como tais, possuem um contexto que se constitui e se complementa com seu conteúdo, sendo relevantes diretrizes e políticas arquivísticas para sua ampla organização, descrição, difusão e acesso. Assim, segundo as observações de Barros e Tognoli (2011, p. 80), “[...] os arquivos pessoais são uma espécie híbrida de acervo, à medida que se percebe não uma organização temática em seu interior, mas, sim, uma afinidade temática entre os fundos”.

Nessa conjuntura, os termos do binômio informação e suporte, elementos fundantes para todo e qualquer documento, que servem de prova ou testemunho, nos arquivos pessoais são as duas principais características que implementam a identidade dos acervos pessoais, de forma a justificar o contexto pelo qual os documentos pessoais foram produzidos, por qual razão foram criados, bem como qual a sua relação com a trajetória de vida do produtor da documentação.

Sendo assim, o universo documental dos arquivos pessoais difere dos arquivos institucionais, conforme Camargo (2003, p. 102) aborda:

Aquilo que nos arquivos institucionais se evidencia a partir do conhecimento não apenas de estatutos, regulamentos e organogramas, mas também de espécies convencionais para o registro dos atos praticados, ainda que estes se alterem com o passar do tempo, torna-se opaco à primeira vista nos arquivos pessoais, ocasionando muitas vezes a exclusão de determinados itens como alheios ao conjunto ou como pertencentes a outros centros de custódia (bibliotecas e museus).

Nessa conjuntura, o equívoco de considerar os documentos pessoais como coleções, transferindo os acervos pessoais para bibliotecas, museus e centros de documentação persiste, o que ocasiona, de certa forma, a quebra da ordem original desses documentos, e, além disso, o comprometimento da atuação do arquivista em tal acervo. Como reflete Camargo (2003, p. 103), que diz:

A inexistência de parâmetros normativos – os currícula, quando existem, cobrem apenas uma parcela das atividades do indivíduo – transforma o trabalho de arranjo e descrição num esforço ingente,

em que o estabelecimento de áreas de ação, funções e atividades como categorias classificatórias dos documentos é, simultaneamente, a construção esquemática de uma biografia. Ao fazê-lo, o arquivista tem que saber fixar a nítida fronteira entre a busca de um contexto de produção – que preserva o sentido pleno de cada parte e do arquivo como um todo, garantindo-lhe alto grau de polissemia – e uma abordagem temática da documentação, que leva em conta as demandas da investigação científica. Por mais exaustiva que esta pretenda ser, acaba fatalmente por limitar o potencial informativo que todo instrumento de pesquisa, por definição, deve sugerir.

Logo, como todo e qualquer acervo, os de cunho pessoal também necessitam de organização e descrição, para que assim tais documentos cumpram seu papel de prova e testemunho, mantendo-se a relação de contexto e conteúdo que são elementos vitais para a total compreensão dos documentos, conforme explica Silva (2015, p. 178), “Assim, os arquivos pessoais precisam ser conhecidos e decifrados. O estudo das espécies e tipos de documentos encontrados nesses arquivos é um esforço instigante que os arquivistas precisam enfrentar”.

A construção dos arquivos pessoais perpassa por caminhos que versam sobre as múltiplas relações sociais do titular do acervo, bem como no seu modo de ver o mundo e sua atuação em vida, dessa forma, as tipologias documentais e espécies situadas nesse tipo de acervo são amplas e diversificadas, de tal forma que, em muitos casos, a documentação é preservada pelo titular, pois se refere a sua vida pessoal, tendo um valor sentimental. A respeito dessa miríade documental, Silva (2015, p. 179) retrata:

Percebe-se, assim, que uma das características marcantes nos arquivos pessoais é não apenas fornecer informações de uma pessoa, sua atuação profissional, de sua vida pessoal, mas também de sua participação em instituições e entidades, sob um ponto de vista diferenciado. Rascunhos e minutas, bilhetes, cartas, mensagens e outros documentos constituem um conjunto que facilmente é descartado pelas entidades e que a pessoa guarda por uma razão específica, pode fornecer informações que sirvam para complementar uma história oficial ou pelo menos aceita por todos. Assim, os documentos podem apresentar outro olhar para fatos e acontecimentos.

Diante do exposto, conseguimos, mais uma vez, visualizar que os arquivos pessoais são atípicos, no sentido de que a sua produção e acumulação documental não possui lógica estabelecida. Nesse sentido, averiguamos que os documentos

personais devem ser pesquisados e estudados minuciosamente, a fim de compreendermos quais são as espécies e tipologias documentais encontradas nos acervos pessoais e sua conceituação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente é preciso situar que o conceito de documento não está restrito ao campo da Documentação. Além de ser utilizado em campos como Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia tal conceito também pode ser utilizado quando diz respeito a relações com a informação, sobretudo no campo de estudos da Ciência da Informação. Dessa forma, buscou-se, com esse trabalho, discorrer a respeito dos arquivos pessoais em seus múltiplos aspectos e nuances, desde a sua origem, formação, características e classificação em público e privado. Os arquivos pessoais são únicos, sendo o binômio conteúdo e contexto o fator que marca toda a trajetória da formação dos documentos pessoais, bem como, elementos importantes para compreendermos os caminhos da vida do seu titular e de seus pares, corroborando, inclusive, o próprio processo de entendimento e organização desses acervos.

Nesse sentido, ao longo da vida, os titulares dos acervos pessoais produzem muitos documentos no decorrer de suas atividades, principalmente aqueles que possuem cargos públicos e de mais visibilidade como literatos, diplomatas, adidos culturais, intelectuais, artistas, políticos, entre outros.

Desse modo, comumente são encontrados nos acervos de cunho pessoal toda gama de documentos, em gêneros e espécies diferentes, fugindo à regra como, por exemplo, dos frequentes documentos textuais localizados nos arquivos institucionais. Para tanto, nos arquivos pessoais, temos documentos tridimensionais, objetos, indumentárias, artefatos, cartas, condecorações, manuscritos, esculturas, quadros e toda sorte de documentos adquiridos, recebidos ou ainda doados durante a vida do produtor, que, por diversas vezes, se entrelaçam e circundam entre o âmbito pessoal e o público.

Sendo assim, observamos que é frequente, na literatura pesquisada, várias abordagens sobre os arquivos pessoais, que descrevem seu contexto de origem, como devem ser organizados, e que ocorrem casos em que esse material, por sua diversidade, é, muitas vezes, transferido ou alocado em bibliotecas e museus, provocando a quebra da organicidade.

Tal fato exige um esforço maior dos arquivistas e demais profissionais da informação que lidam com esse tipo de acervo, tendo em vista que muitos documentos textuais possuem alguma relação com os objetos e artefatos, alguma

menção, ou outro tipo de informação, que deve ser compreendida e disponibilizada para pesquisadores e demais usuários que dialogam, trabalham e pesquisam sobre os arquivos pessoais.

No ensejo dessas questões, objetivamos inicialmente analisar os principais conceito(s) de *Documento em Arquivos Pessoais* que podem melhor refletir sua importância e funcionalidade no âmbito da Ciência da Informação, seja em âmbito pessoal e nas demais relações sociais (como, por exemplo, no trabalho, em eventos, prêmios conquistados, pesquisa científica, promoção do desenvolvimento nacional, representatividade institucional), o que é determinante para todos os públicos que trabalham ou pesquisam diretamente com coleções pessoais, no sentido de compreendermos os vínculos do indivíduo em sociedade e sua intimidade com familiares e amigos.

Retomando o percurso, a conceituação de documento perpassa desde o surgimento da escrita como meio principal para o homem registrar suas atividades, e como expressão dos pensamentos, contribuindo para a valoração do registro como forma de testemunho e prova das ações e relações do homem no seu cotidiano. Assim, com o advento dos documentos, o sujeito social passa a ter voz, permitindo, assim, o uso e reflexão das informações.

Ainda sob esta ótica, sendo o documento o testemunho e a prova de nossas ações, de nossas atividades, a prova do que realizamos em vida, observamos que, no percurso dos nossos estudos, a conceituação dos documentos pessoais é explorada de forma abrangente, na qual o contexto social dos indivíduos produtores destes documentos é explorada de forma ampla, desde a sua biografia, portando sua história de vida, até as suas atividades públicas. Não se pode negligenciar o fato de que, a organicidade e a heterogeneidade são o que caracteriza as relações entre documentos pessoais acumulados e as representações que o titular pode estabelecer com a sociedade. Não é a toa que se opera uma distinção entre documentos pessoais e arquivos institucionais ou públicos porque estes visam atender necessidades administrativas de órgãos oficiais e/ou jurídicos. Além disso, podem ser considerados de ordem pública ou privados.

Porém, não se é pesquisada uma conceituação, não há um delineamento específico dos documentos que compõem os arquivos pessoais, os estudos dessas espécies e tipos documentais é elementar para compreendermos o documento pessoal, como conjunto orgânico que reflete as múltiplas identidades do sujeito

social que o produziu.

Logo, a conceituação dos documentos pessoais se faz necessária para o campo da investigação científica, seja na Arquivologia ou na Ciência da Informação e demais áreas do conhecimento, como um grande desafio para adentrarmos nas individualidades e coletividades do sujeito social, por meio de informações memorialísticas de pessoas e indivíduos, que possuem ligações orgânicas, constituídas pela diversidade de documentos, de suporte e objetos acumulados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, v. 5, n.1, p.66-84, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRIET, Suzanne. **O que é documentação**. Trad. Maria Nazareth Fendt. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 1970.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: questões para um debate. In: MATOS, Edilene *et al.* (Orgs.). **A presença de Castello**. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP; Instituto de Estudos Brasileiros, 2003, v. 1, p. 101-104.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1, 2011. **Anais [...]**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Informação & Informação**, v. 18, n. 2, p. 150-167, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p150>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16166>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CONTRERAS, Luis Núñez. Concepto de documentos. In: **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1981.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 27 fev. 2019.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jul. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em: 27 fev. 2019.

DURANTI, Luciana; THIBODEAU, Kenneth. The Concept of record in interactive, experiential and dynamic environments: the view of InterPARES. **Archival Science**, v. 6, p. 13-68, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9021-7>

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Orgs.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2006. p. 19-34.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, M. A.; SILVA, M. C. S. M. E. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. **Arquivo & Administração**, v. 10, n. 1, 2011.

HERRERA, Antonia. **Archivística General**: Teoría y Práctica. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEYMANN, Luciana. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de agosto de 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEJEUNE, Phillippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, v.8, n. 15, 2003.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Annual review of information science and technology**, n. 43, p. 399-432, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/aris.2009.1440430116>

MARCONDES, Carlos Henrique. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 2-21, maio/ago. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **Arquivos públicos brasileiros**: a transferência da informação na internet. 2005. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; SOBRAL, Camila Campoi de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_02.php. Acesso em: 22 out. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em ciência da Informação**, v.14, n. spe, p. 59-79, 2009.

OTLET, Paul. Documentos e documentação. In: CONGRESSO MUNDIAL DA DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL, 1937, Paris. **[Anais]**. [Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal]. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Brique de Lemos / Livros, 2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de Documento Arquivístico frente à realidade Digital**: uma revisitação necessária. 2011. 270f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da *et al.*. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. 254p. (Biblioteca das Ciências do Homem, Série Plural, 2).

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17n33p1>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: Marcus Granato. (Org.). **MAST: 30 anos - Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, fev. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>. Acesso em: 27 fev. 2019.